

EMENTÁRIO LEGISLATIVO

COVID-19



14ª Edição
ATUALIZADO ATÉ 31/07/2020

Apresentação

O período de enfrentamento à emergência em saúde pública de importância nacional, declarada pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº188/2020, determina a todos – em especial à Administração Pública – um imperativo de resposta pronta e adequada aos riscos de toda ordem que se põem à coletividade. Neste contexto, a regulação em diversos níveis das providências administrativas em andamento tem sido extensa e frequente – acrescentando um elemento a mais de dificuldade, a saber, aquele da “navegação” em um vasto e agitado mar normativo.

Neste contexto, ganha particular relevância o esforço de estruturação e sistematização do que se tenha de normatização já expedida nos diversos níveis federados; providência que instrumentaliza tanto gestores quanto a cidadania, do quadro regulatório em vigor.

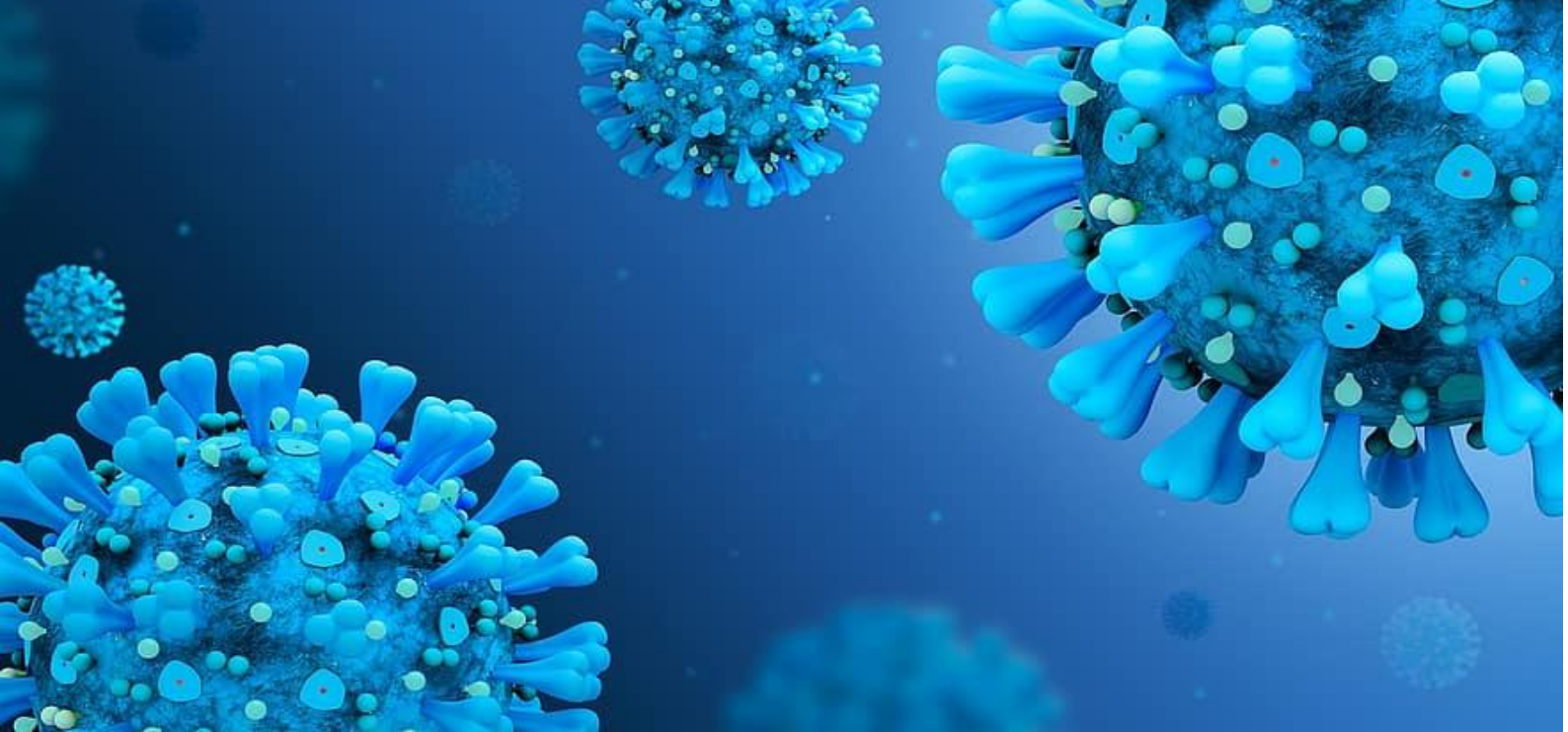
Encontrará o leitor neste Ementário Legislativo do COVID-19 extenso quadro da normatividade já editada nos três planos federados, em relação direta com o combate à pandemia. O conjunto compreende, em especial no que toca ao plano municipal, não só leis em sentido estrito, mas também atos administrativos normativos de relevo. A par da identificação em si do ato normativo, tem-se ainda sua ementa e o hiperlink para seu acesso direto – tudo com o objetivo de facilitar o acesso ao interessado.

O Ementário Legislativo do COVID-19 que agora se disponibiliza a público vem à luz neste esforço de conferir-se à ação administrativa, o máximo de visibilidade, na mais estreita sintonia com o princípio constitucional da publicidade. A gestão pública, em especial em momento de incerteza como o que nesta quadra se vive, encontra neste traço de transparência o seu principal elemento legitimador.

Tem-se ainda nesta edição do Ementário Legislativo do COVID-19, uma evidência de que o trabalho da Administração Pública não pode ser compreendido de maneira compartimentada, sendo a ação articulada das múltiplas instituições públicas, verdadeira condição de possibilidade do desenvolvimento das políticas públicas conduzidas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Receba o leitor neste momento, a importante contribuição que presta a Biblioteca da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro à luta pela superação da pandemia!


VANICE VALLE









Procuradora do Município do Rio de Janeiro
Diretora do Centro de Estudos da PGM-Rio




















LEGISLAÇÃO MUNICIPAL


EMENDA À LEI ORGÂNICA	1
LEI	1
PROJETO DE LEI	4
PROJ. DE LEI COMPLEMENTAR.	4
DECRETO	6
RESOLUÇÃO	13
RESOLUÇÃO CONJUNTA.....	30
RESOLUÇÃO P	31
PORTARIA	32
PORTARIA CONJUNTA.....	36
PORTARIA P	37
DELIBERAÇÃO	37
ORDEM DE SERVIÇO	37



ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>EMENDA À LEI ORGÂNICA N. 34 de 13 de maio de 2020  DCM de 14/05/2020 p. 2</p>	<p>Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 201 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.</p>



ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>LEI N. 6735 de 14 de abril de 2020  D.O.RIO de 15/04/2020 p. 3</p>	<p>Cria o Fundo Emergencial de Combate à Covid-19 - FECC, destinado ao enfrentamento dos efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 6738 de 04 de maio de 2020  DCM de 05/05/2020 p. 2</p>	<p>Reconhece, para os fins do art. 65. da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública no Município do Rio de Janeiro.</p>
<p>LEI N. 6740 de 08 de maio de 2020  D.O.RIO de 11/05/2020 p. 3  (Ato regulamentado)  (Ato correlato)</p>	<p>Estabelece incentivos e benefícios para o pagamento dos tributos municipais que menciona, considerando a crise econômica oriunda da pandemia do novo Coronavírus.</p>
<p>LEI N. 6741 de 15 de maio de 2020  D.O.RIO de 18/05/2020 p. 3</p>	<p>Institui o Fundo Municipal de Solidariedade - FUNSOLRIO, e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 6742 de 20 de maio de 2020  D.O.RIO de 21/05/2020 p. 4</p>	<p>Dispõe sobre a aplicação de sanções aos estabelecimentos comerciais do Município do Rio de Janeiro por majoração abusiva de preços de produtos essenciais à saúde durante o período de decretação de calamidade pública gerado pela pandemia de Coronavírus.</p>
<p>LEI N. 6743 de 20 de maio de 2020  D.O.RIO de 21/05/2020 p. 4</p>	<p>Determina prioridade na vacinação contra gripe aos cuidadores em decorrência do combate ao novo Coronavírus.</p>











<p>LEI N. 6744 de 20 de maio de 2020  D.O.RIO de 21/05/2020 p. 4</p>	<p>Dispõe sobre o fornecimento obrigatório de equipamento de proteção individual (EPI) aos empregados de postos autorizados de revenda de combustíveis e lojas de conveniências durante as medidas de combate à pandemia de Coronavírus (Covid-19) no Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 6745 de 27 de maio de 2020  D.O.RIO de 28/05/2020 p. 3</p>	<p>Estabelece a Política de Concessão de Microcrédito aos grupos que menciona e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 6746 de 15 de junho de 2020  DCM de 19/06/2020 p. 2</p>	<p>Altera a Lei nº 5.358, de 2011, ampliando o Programa Cartão Família Carioca durante estado de calamidade pública ou situação de emergência.</p>
<p>LEI N. 6747 de 18 de junho de 2020  D.O.RIO de 19/06/2020 p. 3</p>	<p>Determina que enquanto perdurar o decreto de calamidade pública ou situação de emergência fica vedada a realização de despesas com publicidade ou propaganda e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 6749 de 18 de junho de 2020  D.O.RIO de 19/06/2020 p. 5</p>	<p>Dispõe sobre a criação de Programa de Informação sobre o Novo Coronavírus para o atendimento e informação a parentes de pacientes internados na Rede Pública de Saúde do Município do Rio de Janeiro.</p>
<p>LEI N. 6750 de 25 de junho de 2020  DCM de 26/06/2020 p. 2</p>	<p>Dispõe sobre o regramento para atuação profissional de servidores e prestadores de serviços da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro durante a pandemia de Coronavírus.</p>
<p>LEI N. 6751 de 25 de junho de 2020  DCM de 26/06/2020 p. 2</p>	<p>Dispõe sobre a suspensão da cobrança da Taxa de Uso de Área Pública - TUAP, em decorrência do surto de Coronavírus – Covid-19, no Município do Rio de Janeiro.</p>
<p>LEI N. 6752 de 25 de junho de 2020  DCM de 26/06/2020 p. 2</p>	<p>Dispõe sobre medidas de proteção ao setor produtivo durante a pandemia e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 6753 de 29 de junho de 2020  D.O.RIO de 30/06/2020 p. 3</p>	<p>Assegura a livre circulação de voluntários para a prestação de auxílio à população e a animais em situação de rua, na forma que menciona.</p>
<p>LEI N. 6754 de 01 de julho de 2020  DCM de 02/07/2020 p. 2</p>	<p>Estabelece a obrigatoriedade de uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPI no Município do Rio de Janeiro durante o período de emergência declarado em função da Covid-19 e dá outras providências.</p>












<p>LEI N. 6755 de 06 de julho de 2020  D.O.RIO de 07/07/2020 p. 3</p>	<p>Dispõe sobre a criação de Programa de Monitoramento Remoto de pessoas diagnosticadas com o novo coronavírus (SARS-CoV-2) e em situação de isolamento domiciliar no Município do Rio de Janeiro.</p>
<p>LEI N. 6756 de 07 de julho de 2020  DCM de 08/07/2020 p. 3</p>	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade da Secretaria Municipal de Saúde de prestar informações e assessoria aos familiares dos pacientes internados e transferidos para fora da região metropolitana do Município do Rio de Janeiro.</p>
<p>LEI N. 6757 de 07 de julho de 2020  D.O.RIO de 08/07/2020 p. 3</p>	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços de entrega (delivery) on-line de alimentos a aceitarem em suas plataformas o cadastramento apenas de estabelecimentos que estejam devidamente licenciados pelo Poder Executivo e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 6758 de 15 de julho de 2020  D.O.RIO de 16/07/2020 p. 3</p>	<p>Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial para o Fundo Municipal de Solidariedade - FUNSOLRIO e para o Fundo Emergencial de Combate à Covid-19 - FECC, destinado ao enfrentamento dos efeitos da pandemia do novo coronavírus no Município do Rio de Janeiro.</p>
<p>LEI N. 6759 de 28 de julho de 2020  D.O.RIO de 29/07/2020 p. 3</p>	<p>Institui o Memorial às Vítimas da Pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19).</p>
<p>LEI N. 6760 de 28 de julho de 2020  D.O.RIO de 29/07/2020 p. 3</p>	<p>Dispõe sobre a criação de Programa Emergencial de Combate ao Coronavírus nas Favelas e Comunidades durante pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 6761 de 28 de julho de 2020  D.O.RIO de 29/07/2020 p. 3</p>	<p>Cria o programa de auxílio às famílias dos servidores vítimas de Covid-19 e dá outras providências.</p>















ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>PROJETO DE LEI N. 1813/2020  DCM de 25/05/2020 p. 43</p>	<p>Autoriza o Poder Executivo suspender, temporariamente, o repasse dos descontos de empréstimos consignados em folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, aposentados e pensionistas do Município do Rio de Janeiro, em decorrência da pandemia de Coronavírus – Covid-19, às instituições financeiras e dá outras providências.</p>













ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 174-A de 29 de julho de 2020  DCM de 30/07/2020 p. 2 (Suplemento)</p>	<p>Estabelece incentivos e benefícios para pagamento de contrapartida no licenciamento e legalização de construções no Município do Rio de Janeiro, em caráter temporário, mediante benefícios urbanísticos com cobrança de contrapartida como forma de viabilizar recursos para o enfrentamento das crises sanitária e econômica oriundas da pandemia da Covid-19 e dá outras providências.</p>
<p>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 178 de 03 de julho de 2020  DCM de 06/07/2020 p. 59</p>	<p>Autoriza o poder executivo a promover a lavratura de termo de permissão de uso para instalação de painéis publicitários na passarela Professor Darcy Ribeiro — Sambódromo, mediante prévio procedimento impessoal de escolha, nas condições indicadas, e vincula as receitas correspondentes às despesas de enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus – Covid-19 e às relacionadas ao pagamento de servidores.</p>













<p>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 179 de 06 de julho de 2020  DCM de 07/07/2020 p. 2</p>	<p>Concede benefício financeiro especial vitalício de natureza indenizatória em virtude de falecimento de servidor acometido de Covid-19, contraída no exercício de suas funções.</p>
<p>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 182 de 15 de julho de 2020  DCM de 16/07/2020 p. 20</p>	<p>Autoriza o poder executivo a lavratura de aditivos aos contratos administrativos vigentes de concessão de uso e exploração de espaço público, sob a gestão da Subsecretaria de Patrimônio Imobiliário, da Secretaria Municipal de Fazenda, considerando a crise econômica oriunda da pandemia do novo Coronavírus e o estado de calamidade fiscal do Município.</p>







ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>DECRETO N. 47246 de 12 de março de 2020  D.O.RIO de 13/03/2020 p. 3</p>	<p>Regulamenta a lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e estabelece medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus no âmbito do Município do Rio de Janeiro.</p>
<p>DECRETO N. 47247 de 13 de março de 2020  D.O.RIO de 16/03/2020 p. 2 (2ª Edição)  (Ato alterado)</p>	<p>Estabelece conjunto de ações necessárias à redução do contágio pelo COVID-19 Coronavírus, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47263 de 17 de março de 2020  D.O.RIO de 18/03/2020 p. 3</p>	<p>Declara Situação de Emergência no Município do Rio de Janeiro, em face da pandemia do Coronavírus - Covid-19, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47264 de 17 de março de 2020  D.O.RIO de 18/03/2020 p. 3</p>	<p>Dispõe sobre medidas emergenciais no âmbito fazendário em face da pandemia do novo Coronavírus - Covid-19, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47269 de 19 de março de 2020  D.O.RIO de 20/03/2020 p. 3</p>	<p>Institui o Gabinete de Crise da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de organizar e executar a integração das operações dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal nas ações de combate à pandemia causada pelo vírus - COVID-19, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47270 de 19 de março de 2020  D.O.RIO de 20/03/2020 p. 3</p>	<p>Altera o Decreto nº 47.247, de 13 de março de 2020, que estabelece conjunto de ações necessárias à redução do contágio pelo COVID-19 - Coronavírus, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47282 de 21 de março de 2020  D.O.RIO de 21/03/2020 p. 2 (Edição especial)  <u>Representação de inconstitucionalidade</u></p>	<p>Determina a adoção de medidas adicionais, pelo Município, para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus - COVID - 19, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47283 de 21 de março de 2020  D.O.RIO de 21/03/2020 p. 3 (Edição especial)</p>	<p>Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas municipais, em razão da pandemia do novo Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47284 de 21 de março de 2020  D.O.RIO de 21/03/2020 p. 3 (Edição especial)</p>	<p>Dispõe sobre o funcionamento do sistema Bus Rapid Transit - BRT aos sábados, e dá outras providências.</p>

<p>DECRETO N. 47294 de 24 de março de 2020  D.O.RIO de 24/03/2020 p. 2 (Edição especial)</p>	<p>Dispõe sobre a criação de Serviços Eventuais, como parte integrante do Serviço Público de Transporte de Passageiros por Ônibus da Cidade do Rio de Janeiro - SPPO/RJ, para atendimento aos usuários do corredor expresso BRT - Transoeste, como medida adicional de contenção do contágio pelo novo Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47295 de 24 de março de 2020  D.O.RIO de 24/03/2020 p. 2 (Edição especial)</p>	<p>Estabelece o atendimento de sistema de entrega domiciliar (Delivery) como preferencial nas compras realizadas por consumidores com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos nos estabelecimentos supermercadistas do Município do Rio de Janeiro durante o período de pandemia da COVID-19, e da outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47296 de 24 de março de 2020  D.O.RIO de 24/03/2020 p. 2 (Edição especial)  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre o procedimento para credenciamento de estabelecimentos hoteleiros para hospedagem de idosos assintomáticos moradores de comunidades carentes visando prevenir a contaminação pelo novo Coronavírus - COVID-19 - e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47297 de 24 de março de 2020  D.O.RIO de 25/03/2020 p. 3  Representação de inconstitucionalidade</p>	<p>Dispõe sobre a limitação da concessão de gratuidades nos serviços de transporte público coletivo de passageiros do Município, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47312 de 27 de março de 2020  D.O.RIO de 28/03/2020 p. 2</p>	<p>Regulamenta a requisição administrativa para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da propagação do Coronavírus-Covid-19.</p>
<p>DECRETO N. 47328 de 27 de março de 2020  D.O.RIO de 30/03/2020 p. 8  (Ato alterado)</p>	<p>Institui o serviço DISK AGLOMERAÇÃO, contra a disseminação do novo coronavírus - COVID-19, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47336 de 03 de abril de 2020  D.O.RIO de 06/04/2020 p. 4</p>	<p>Acrescenta dispositivos ao Decreto Rio nº 47.296, de 24 de março de 2020, que dispõe sobre o procedimento para credenciamento de estabelecimentos hoteleiros para hospedagem de idosos assintomáticos moradores de comunidades carentes visando prevenir a contaminação pelo novo Coronavírus - COVID-19 - e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47355 de 08 de abril de 2020  D.O.RIO de 08/04/2020 p. 2 (Edição especial)</p>	<p>Decreta Estado de Calamidade Pública no Município do Rio de Janeiro em decorrência da pandemia causada pelo novo Coronavírus - Covid-19, e dá outras providências.</p>

<p>DECRETO N. 47357 de 08 de abril de 2020  D.O.RIO de 08/04/2020 p. 2 (Edição especial)</p>	<p>Dispõe sobre o fornecimento de Cartão Cesta Básica aos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino, inscritos nos Programas Bolsa Família ou Cartão Família Carioca, em decorrência da pandemia do novo Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47374 de 14 de abril de 2020  D.O.RIO de 15/04/2020 p. 37</p>	<p>Dispõe sobre a postergação do pagamento da Taxa de Licenciamento Sanitário - TLS - no ano de 2020, em razão da pandemia do novo Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47414 de 05 de maio de 2020  D.O.RIO de 07/05/2020 p. 4  (Ato correlato)</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação dos prazos das Sindicâncias Administrativas durante o período de vigência do Decreto Rio nº 47.247, de 13 de março de 2020, que estabelece conjunto de ações necessárias à redução do contágio pelo COVID-19 - Coronavírus, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47418 de 07 de maio de 2020  D.O.RIO de 07/05/2020 p. 3 (Edição especial)  (Ato correlato)</p>	<p>Estabelece procedimentos para acesso aos benefícios de gratuidade para pessoas declaradas hipossuficientes, e para arrendamento de jazigo e cremação sociais, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47419 de 08 de maio de 2020  D.O.RIO de 11/05/2020 p. 3</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 6.740 de 8 de maio de 2020, que estabelece incentivos e benefícios para o pagamento dos tributos municipais que menciona e retoma o Programa Concilia Rio, em relação aos créditos inscritos em Dívida Ativa.</p>
<p>DECRETO N. 47420 de 08 de maio de 2020  D.O.RIO de 11/05/2020 p. 4</p>	<p>Suspende os atos relativos às regras gerais para a celebração de Acordos de Resultados com Órgãos Públicos integrantes da Administração Direta e Contratos de Gestão com Entidades da Administração Indireta, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47421 de 08 de maio de 2020  D.O.RIO de 11/05/2020 p. 5  (Ato alterado)  (Ato regulamentado)  (Ato correlato)</p>	<p>Regulamenta a aplicação dos benefícios instituídos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 6.740, de 8 de maio de 2020, no caso de créditos não inscritos em dívida ativa.</p>
<p>DECRETO N. 47422 de 08 de maio de 2020  D.O.RIO de 11/05/2020 p. 5  (Ato correlato)</p>	<p>Regulamenta, nos estritos casos que menciona, os arts. 3º e 4º da Lei nº 6.740, de 08 de maio de 2020, que autorizam a retomada do Programa Concilia Rio, criado pela Lei Municipal nº 5.854, de 27 de abril de 2015, com a redação vigente após a Lei nº 6.640, de 18 de setembro de 2019,</p>

	no tocante aos créditos tributários não inscritos em Dívida Ativa.
<p>DECRETO N. 47424 de 11 de maio de 2020  D.O.RIO de 11/05/2020 p. 2 (Edição especial)  (Ato alterado)</p>	Dispõe sobre vedações transitórias, em ressalva ao disposto no Decreto Rio nº 47.282, de 21 de março de 2020, altera o Decreto Rio nº 47.328, de 27 de março de 2020, e dá outras providências.
<p>DECRETO N. 47431 de 19 de maio de 2020  D.O.RIO de 19/05/2020 p. 2 (Edição especial)</p>	Altera o Decreto Rio nº 47.424, de 11 de maio de 2020, que dispõe sobre vedações transitórias, em ressalva ao disposto no Decreto Rio nº 47.282, de 21 de março de 2020, altera o Decreto Rio nº 47.328, de 27 de março de 2020, e dá outras providências.
<p>DECRETO N. 47439 de 21 de maio de 2020  D.O.RIO de 22/05/2020 p. 3  (Ato correlato)</p>	Dispõe sobre a constatação e notificação de infrações sanitárias, em caráter excepcional e temporário, por agentes da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, durante a vigência da situação de emergência no Município em face da pandemia de Covid-19, e dá outras providências.
<p>DECRETO N. 47460 de 22 de maio de 2020  D.O.RIO de 25/05/2020 p. 11  (Ato regulamentado)</p>	Dispõe sobre avaliação dos contratos em vigor celebrados pela Administração Municipal Direta e Indireta, e dá outras providências.
<p>DECRETO N. 47461 de 25 de maio de 2020  D.O.RIO de 25/05/2020 p. 2</p>	Dispõe sobre o funcionamento de templos religiosos de qualquer natureza, durante a pandemia decorrente do novo Coronavírus - COVID - 19, e dá outras providências.
<p>DECRETO N. 47462 de 25 de maio de 2020  D.O.RIO de 25/05/2020 p. 2</p>	Dispõe sobre medidas de enfrentamento a crise financeira decorrente da pandemia do COVID-19, e dá outras providências.
<p>DECRETO N. 47465 de 26 de maio de 2020  D.O.RIO de 26/05/2020 p. 2 (Edição especial)</p>	Altera o Decreto Rio nº 47.424, de 11 de maio de 2020, que dispõe sobre vedações transitórias, em ressalva ao disposto no Decreto Rio nº 47.282, de 21 de março de 2020, altera o Decreto Rio nº 47.328, de 27 de março de 2020, e dá outras providências.
<p>DECRETO N. 47466 de 26 de maio de 2020  D.O.RIO de 27/05/2020 p. 3</p>	Dispõe sobre medidas emergenciais acerca de procedimentos a serem adotados quanto aos processos de licenciamento de empreendimentos de interesse social mediante a pandemia do COVID-19, e dá outras providências.
<p>DECRETO N. 47477 de 28 de maio de 2020  D.O.RIO de 29/05/2020 p. 5</p>	Dispõe sobre desconto em folha de pagamento em favor do Fundo Emergencial de Combate à Covid-19 - FECC, e dá outras providências.

<p>DECRETO N. 47484 de 29 de maio de 2020  D.O.RIO de 01/06/2020 p. 5</p>	<p>Altera a alínea “a”, do §1º, do art. 4º do Decreto Rio nº 47.421, de 8 de maio de 2020, que regulamenta a aplicação dos benefícios instituídos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 6.740, de 08 de maio de 2020, no caso de créditos não inscritos em dívida ativa.</p>
<p>DECRETO N. 47488 de 02 de junho de 2020  D.O.RIO de 02/06/2020 p. 2 (Edição especial)  (Ato correlato)  (Ato alterado)</p>	<p>Institui o Comitê Estratégico para desenvolvimento, aprimoramento, e acompanhamento do Plano de Retomada, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47536 de 17 de junho de 2020  D.O.RIO de 18/06/2020 p. 3</p>	<p>Altera o art. 4º do Decreto Rio nº 41.201, de 8 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a taxa de juros e o prazo para desconto em folha de pagamento dos empréstimos consignados e estabelece critérios para o cálculo da Margem Consignável, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47539 de 20 de junho de 2020  D.O.RIO de 22/06/2020 p. 2 (Edição especial)</p>	<p>Acrescenta dispositivos ao Decreto Rio nº 47.488, de 2 de junho de 2020, que institui o Comitê Estratégico para desenvolvimento, aprimoramento, e acompanhamento do Plano de Retomada, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, e dá outras providências, para dispor sobre a suspensão temporária das competições esportivas profissionais, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47540 de 20 de junho de 2020  D.O.RIO de 22/06/2020 p. 3  (Ato correlato)</p>	<p>Altera os Decretos Rio nos 47.282, de 21 de março de 2020, que determina a adoção de medidas adicionais, pelo Município, para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências, e 47.488, de 2 de junho de 2020, que institui o Comitê Estratégico para desenvolvimento, aprimoramento, e acompanhamento do Plano de Retomada, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47550 de 26 de junho de 2020  D.O.RIO de 26/06/2020 p. 2 (Edição especial)  (Ato correlato)  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre condições de colocação de mesas e cadeiras em logradouros públicos, em caráter extraordinário, por restaurantes, bares, lanchonetes e estabelecimentos congêneres, até 31 de dezembro de 2020, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47551 de 26 de junho de 2020  D.O.RIO de 26/06/2020 p. 3 (Edição especial)</p>	<p>Altera os Decretos Rio nos 47.282, de 21 de março de 2020, que determina a adoção de medidas adicionais, pelo Município, para</p>











	enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus - COVID - 19, e dá outras providências, e 47.488, de 2 de junho de 2020, que institui o Comitê Estratégico para desenvolvimento, aprimoramento, e acompanhamento do Plano de Retomada, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, e dá outras providências.
DECRETO N. 47561 de 01 de julho de 2020  D.O.RIO de 02/07/2020 p. 2	Declara de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, os bens móveis que menciona
DECRETO N. 47586 de 03 de julho de 2020  D.O.RIO de 06/07/2020 p. 3	Altera os indicadores de saúde previstos no art. 14 e no Anexo I do Decreto Rio nº 47.488, de 2 de junho de 2020, que institui o Comitê Estratégico para desenvolvimento, aprimoramento, e acompanhamento do Plano de Retomada, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, e dá outras providências.
DECRETO N. 47593 de 09 de julho de 2020  D.O.RIO de 10/07/2020 p. 3	Altera os Decretos Rio nos 47.488, de 2 de junho de 2020, que institui o Comitê Estratégico para desenvolvimento, aprimoramento, e acompanhamento do Plano de Retomada, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, e dá outras providências, e 47.550, de 26 de junho de 2020, que dispõe sobre condições de colocação de mesas e cadeiras em logradouros públicos, em caráter extraordinário, por restaurantes, bares, lanchonetes e estabelecimentos congêneres, até 31 de dezembro de 2020, e dá outras providências.
DECRETO N. 47598 de 10 de julho de 2020  D.O.RIO de 13/07/2020 p. 4	Suspende por prazo indeterminado a venda de bebidas alcoólicas em bancas de jornais e revistas no Município do Rio de Janeiro.
DECRETO N. 47604 de 16 de julho de 2020  D.O.RIO de 17/07/2020 p. 3	Altera o Decreto Rio nº 47.488, de 2 de junho de 2020, que institui o Comitê Estratégico para desenvolvimento, aprimoramento, e acompanhamento do Plano de Retomada, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, e dá outras providências.
DECRETO N. 47683 de 22 de julho de 2020  D.O.RIO de 24/07/2020 p. 11	Altera o Decreto Rio nº 47.488, de 2 de junho de 2020, que institui o Comitê Estratégico para desenvolvimento, aprimoramento, e acompanhamento do Plano de Retomada, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, e dá outras providências.





DECRETO N. 47721 de 31 de julho de 2020






















[D.O.RIO de 31/07/2020 p. 2](#)
(Edição especial)









Altera o Decreto Rio nº 47.488, de 02 de junho de 2020, que institui o Comitê Estratégico para desenvolvimento, aprimoramento, e acompanhamento do Plano de Retomada, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, e dá outras providências.








ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>RESOLUÇÃO CGM N. 1622 de 16 de março de 2020  D.O.RIO de 17/03/2020 p. 43</p>	<p>Define as medidas temporárias adotadas no âmbito da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro – CGM Rio, visando a prevenção do contágio pelo novo Coronavírus (COVID19) e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO CGM N. 1625 de 24 de março de 2020  D.O.RIO de 25/03/2020 p. 20  (Ato alterado)</p>	<p>Estabelece procedimentos para identificação, no Sistema FINCON, das despesas decorrentes das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO CGM N. 1628 de 02 de abril de 2020  D.O.RIO de 03/04/2020 p. 20</p>	<p>Divulga a ampliação das informações e consultas disponíveis no Portal Contas Rio com a implantação de Painel Gerencial Interativo Consolidado, composto de cinco painéis gerenciais interativos detalhados, específicos para apresentação das despesas realizadas com base na Lei Federal nº 13.979/20 para enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus - COVID-19.</p>
<p>RESOLUÇÃO CGM N. 1629 De 13 de abril de 2020  D.O.RIO de 14/04/2020 p. 57</p>	<p>Institui o roteiro orientador para a emissão de Declaração de Conformidade do ato de autorização de despesas emergenciais visando à prevenção do contágio pelo novo Coronavírus (COVID19) no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município do Rio de Janeiro.</p>
<p>RESOLUÇÃO CGM N. 1630 De 13 de abril de 2020  D.O.RIO de 14/04/2020 p. 61  (Ato alterado)</p>	<p>Institui o roteiro orientador para a emissão de Declaração de Conformidade na fase de Liquidação das despesas emergenciais visando à prevenção do contágio pelo novo Coronavírus (COVID19) no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município do Rio de Janeiro.</p>
<p>RESOLUÇÃO CGM N. 1633 de 16 de abril de 2020  D.O.RIO de 17/04/2020 p. 16</p>	<p>Solicita aos órgãos e entidades municipais o encaminhamento à CGMRIO dos Termos de Referência e Instrumentos Jurídicos assinados relacionados a ações de enfrentamento do COVID-19.</p>
<p>RESOLUÇÃO CGM N. 1637 de 28 de abril de 2020  D.O.RIO de 29/04/2020 p. 21</p>	<p>Regulamenta o disposto no art. 37 do Decreto nº 44.698, de 29 de junho de 2018, relativo a análise pela Controladoria Geral, da conformidade de indicações para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria das empresa pública e sociedade de economia e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO CGM N. 1638 de 28 de abril de 2020  D.O.RIO de 29/04/2020 p. 23</p>	<p>Inclui o artigo 2-A, parágrafo único no artigo 5º e artigo 5º-A na Resolução CGM n.º 1.625, de 24 de março de 2020, que estabelece procedimentos para identificação, no Sistema FINCON, das despesas decorrentes das</p>















	medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, e dá outras providências.
<p>RESOLUÇÃO CGM N. 1639 de 05 de maio de 2020</p> <p> D.O.RIO de 06/05/2020 p. 27</p>	Estabelece procedimentos para liquidação contábil, pela Controladoria Geral, para cumprimento do disposto no Decreto Rio nº 47.339/2020, que dispõe sobre a liquidação das despesas no sistema FINCON, na Administração Direta e Indireta.
<p>RESOLUÇÃO CGM N. 1641 de 06 de maio de 2020</p> <p> D.O.RIO de 07/05/2020 p. 22</p>	Aprova os roteiros orientadores para a emissão de Declaração de Conformidade dos atos de autorização de despesa no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<p>RESOLUÇÃO CGM N. 1645 de 20 de maio de 2020</p> <p> D.O.RIO de 21/05/2020 p. 39</p> <p> (Ato alterado)</p>	Divulga o documento “Compêndio de Orientações da CGM-Rio sobre Conformidade de Procedimentos de Controle dos Atos Relativos às Ações para Enfrentamento da COVID-19”.
<p>RESOLUÇÃO CGM N. 1654 de 19 de junho de 2020</p> <p> D.O.RIO de 22/06/2020 p. 74</p>	Inclui o artigo 2º-B e altera os artigos 3º e 5º da Resolução CGM n.º 1.625, de 24 de março de 2020, que estabelece procedimentos para identificação, no Sistema FINCON, das despesas decorrentes das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, e dá outras providências.
<p>RESOLUÇÃO CGM N. 1655 de 22 de junho de 2020</p> <p> D.O.RIO de 23/06/2020 p. 60</p>	Inclui o inciso VI no art. 3º da Resolução CGM nº 1.645, de 20 de maio de 2020, que divulga o documento “Compêndio de Orientações da CGM-Rio sobre Conformidade de Procedimentos de Controle dos Atos Relativos às Ações para Enfrentamento da COVID-19”, e altera itens do referido Compêndio na forma que menciona.
<p>RESOLUÇÃO CGM N. 1656 de 22 de junho de 2020</p> <p> D.O.RIO de 23/06/2020 p. 61</p>	Atualiza o Manual de Normas e Procedimentos de Controle Interno, para inclusão e consolidação dos procedimentos estabelecidos nas legislações para medidas de enfrentamento da Pandemia do novo Coronavírus - Covid19.
<p>RESOLUÇÃO CGM N. 1658 de 13 de julho de 2020</p> <p> D.O.RIO de 14/07/2020 p. 24</p>	Altera o roteiro orientador para a emissão de Declaração de Conformidade na fase de Liquidação das despesas emergenciais visando à prevenção do contágio pelo novo coronavírus (COVID 19) no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município do Rio de Janeiro, instituído pela Resolução CGM nº 1630 de 13 de abril de 2020.
<p>RESOLUÇÃO CGM N. 1659 de 13 de julho de 2020</p> <p> D.O.RIO de 14/07/2020 p. 24</p>	Altera o item 3.2.3 b e o apêndice 4 do documento "Compêndio de Orientações da CGM-Rio sobre Conformidade de










	Procedimentos de Controle dos Atos Relativos às Ações para Enfrentamento da COVID-19", instituído pela Resolução CGM nº 1.645 de 20 de maio de 2020.
RESOLUÇÃO PGM N. 981 de 18 de março de 2020  D.O.RIO de 20/03/2020 p. 48	Autoriza o trabalho a distância em caráter excepcional e transitório.
RESOLUÇÃO PGM N. 982 de 27 de março de 2020  D.O.RIO de 31/03/2020 p. 37	/Delega ao Subprocurador-Geral, ao Chefe de Gabinete e aos Procuradores do município o recebimento de citações, notificações e intimações relativas a processos judiciais de interesse do município e encaminhamento das contrafés às procuradorias especializadas./
RESOLUÇÃO PGM N. 990 de 13 de abril de 2020  D.O.RIO de 14/04/2020 p. 57	Estabelece o procedimento na Procuradoria Geral do Município para o recebimento das correspondências, documentos e demais expedientes de comunicação administrativa enviados pelo público em geral por meio eletrônico, na forma disposta.
RESOLUÇÃO PGM N. 993 de 06 de maio de 2020  D.O.RIO de 07/05/2020 p. 22  (Ato alterado)	Prorroga o prazo de validade das certidões de regularidade fiscal emitidas pela Dívida Ativa e dá outras providências.
RESOLUÇÃO PGM N. 994 de 11 de maio de 2020  D.O.RIO de 12/05/2020 p. 20	Institui a Força Tarefa de Enfrentamento à COVID-19 (FTCOVID/PGM) e dá outras providências.
RESOLUÇÃO PGM N. 998 de 18 de maio de 2020  D.O.RIO de 18/05/2020 p. 19	Cria totens e regulamenta o atendimento remoto nas lojas e postos da Dívida Ativa , durante a Pandemia de Covid-19, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO PGM N. 1001 de 29 de maio de 2020  D.O.RIO de 01/06/2020 p. 50	Estabelece procedimentos e critérios relativos ao parcelamento de créditos inscritos em dívida ativa.
RESOLUÇÃO PGM N. 1002 de 10 de junho de 2020  D.O.RIO de 16/06/2020 p. 39	Prorroga o prazo de validade das certidões de dívida ativa e dá outras providências.









<p>RESOLUÇÃO PGM N. 1008 de 08 de julho de 2020  D.O.RIO de 09/07/2020 p. 28</p>	<p>Regulamenta o processamento de consultas jurídicas exclusivamente virtuais à Procuradoria Administrativa da Procuradoria Geral do Município e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SEOP N. 315 de 22 de maio de 2020  D.O.RIO de 25/05/2020 p. 42  (Ato correlato)</p>	<p>Autoriza a operação de veículos do serviço de transporte complementar.</p>
<p>RESOLUÇÃO SEOP N. 316 de 27 de maio de 2020  D.O.RIO de 28/05/2020 p. 14  (Ato alterado)</p>	<p>Autoriza a operação de veículos do serviço de transporte complementar.</p>
<p>RESOLUÇÃO SEOP N. 319 de 10 de julho de 2020  D.O.RIO de 13/07/2020 p. 20</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação da autorização de operação de veículos do serviço de transporte complementar estabelecida na Resolução SEOP “N” Nº 316, de 27 de maio de 2020.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMAC N. 14 de 19 de março de 2020  D.O.RIO de 20/03/2020 p. 44  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre medidas emergenciais, acerca do regime de comparecimento ao trabalho, prazos administrativos e atendimento ao público, funcionamento dos parques naturais municipais, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade - SMAC, em face da pandemia do novo Coronavírus - Covid-19, e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMAC N. 15 de 25 de março de 2020  D.O.RIO de 26/03/2020 p. 23</p>	<p>Dispõe sobre medidas emergenciais, acerca dos programas mutirão reflorestamento, hortas cariocas e conservando rios executados no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade - SMAC, em face da pandemia do novo Coronavírus - Covid-19, e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMAC N. 16 de 02 de abril de 2020  D.O.RIO de 03/04/2020 p. 17</p>	<p>Dispõe sobre prorrogação dos efeitos previstos nos artigos 1º e 2º da resolução SMAC n.º 14, DE 19 de março de 2020. /Dispõe sobre medidas emergenciais, acerca do regime de comparecimento ao trabalho, prazos administrativos e atendimento ao público, funcionamento dos parques naturais municipais, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio</p>
















	Ambiente da Cidade - SMAC, em face da pandemia do novo Coronavírus - Covid-19, e dá outras providências./
<p>RESOLUÇÃO SMAC N. 17 de 16 de abril de 2020  D.O.RIO de 17/04/2020 p. 14</p>	Dispõe sobre o detalhamento, no âmbito do licenciamento ambiental, dos procedimentos do artigo 8º da resolução SMAC n.º 14, de 19 de março de 2020 e dá outras providências. /Dispõe sobre medidas emergenciais, acerca do regime de comparecimento ao trabalho, prazos administrativos e atendimento ao público, funcionamento dos parques naturais municipais, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade - SMAC, em face da pandemia do novo Coronavírus - Covid-19, e dá outras providências./
<p>RESOLUÇÃO SMAC N. 18 de 16 de abril de 2020  D.O.RIO de 17/04/2020 p. 14  (Ato alterado)</p>	Dispõe sobre o estabelecimento de novos prazos para os artigos 1º, 2º e 11º e a alteração da redação do art. 1º da resolução SMAC n.º 14, de 19 de março de 2020 e dá outras providências.
<p>RESOLUÇÃO SMAC N. 20 de 30 de abril de 2020  D.O.RIO de 04/05//2020 p. 41</p>	Dispõe sobre o estabelecimento de novos prazos Para o Artigos 6º, da Resolução SMAC nº 14 de 19 de março de 2020 e dá outras providências.
<p>RESOLUÇÃO SMAC N. 21 de 30 de abril de 2020  D.O.RIO de 04/05//2020 p. 41</p>	Dispõe sobre prorrogação dos efeitos previstos no artigo 1o da Resolução SMAC n.º 18, de 16 de abril de 2020.
<p>RESOLUÇÃO SMAC N. 23 de 05 de maio de 2020  D.O.RIO de 06/05//2020 p. 23</p>	Dispõe sobre as orientações a serem seguidas para localização, instalação, operação e desinstalação dos hospitais de campanha, em atendimento ao Parágrafo único do Art. 1o- k do Decreto RIO 47.282 de 21 de março de 2020 (redação dada pelo Decreto 47.385 de 27 de abril de 2020).
<p>RESOLUÇÃO SMAC N. 24 de 15 de maio de 2020  D.O.RIO de 18/05/2020 p. 15  (Ato alterado)</p>	Dispõe sobre o estabelecimento de novos prazos para os artigos 1º, 2º E 11º da resolução SMAC n.º 14, de 19 de março de 2020. /Dispõe sobre medidas emergenciais, acerca do regime de comparecimento ao trabalho, prazos administrativos e atendimento ao público, funcionamento dos parques naturais municipais, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade - SMAC, em face da pandemia do novo Coronavírus - Covid-19, e dá outras providências./











<p>RESOLUÇÃO SMAC N. 25 de 29 de maio de 2020  D.O.RIO de 01/06/2020 p. 47</p>	<p>Dispõe sobre prorrogação dos efeitos previstos no artigo 1º da resolução SMAC n.º 24, de 15 de maio de 2020. /Dispõe sobre medidas emergenciais, acerca do regime de comparecimento ao trabalho, prazos administrativos e atendimento ao público, funcionamento dos parques naturais municipais, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade - SMAC, em face da pandemia do novo Coronavírus - Covid-19, e dá outras providências./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMASDH N. 3 de 20 de março de 2020  D.O.RIO de 23/03//2020 p. 38  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre as medidas a serem adotadas, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), em situação de pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), na forma que menciona.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMASDH N. 4 de 30 de abril de 2020  D.O.RIO de 13/05//2020 p. 20</p>	<p>Altera a Resolução SMASDH nº 03/2020, de 20 de março de 2020, que estabelece as medidas a serem adotadas, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), em situação de pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), na forma que menciona, e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMASDH N. 5 de 29 de junho de 2020  D.O.RIO de 01/07/2020 p. 49</p>	<p>Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, para o enfrentamento à pandemia, provocada pelo novo Coronavírus COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMDEI N. 62 de 29 de abril de 2020  D.O.RIO de 30/04/2020 p. 37</p>	<p>Disciplina e normatiza a extensão do horário de funcionamento de feiras livres da Cidade do Rio de Janeiro.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMDEI N. 66 de 12 de maio de 2020  D.O.RIO de 13/05/2020 p. 18</p>	<p>Suspende o funcionamento das feiras livres n.º 176, localizada da Avenida das Lagoas, no bairro Gardênia Azul, e n.º 480, da Rua Edgard Cavaleiro, no bairro Cidade de Deus e 480, e autorizações de feirantes.</p>









<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3134 de 20 de março de 2020  D.O.RIO de 23/03/2020 p. 5  (Ato alterado)</p>	<p>Define procedimentos sobre a lavratura, registro e controle de auto de infração administrativos.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3135 de 24 de março de 2020  D.O.RIO de 25/03/2020 p. 4  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre o atendimento ao público pelos órgãos da Subsecretaria de Tributação e Fiscalização e da Subsecretaria de Licenciamento, Fiscalização e Controle Urbano, por força da situação de emergência na Cidade do Rio de Janeiro provocada pela pandemia do novo Coronavírus.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3138 de 26 de março de 2020  D.O.RIO de 27/03/2020 p. 5  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre operações de fiscalização dos órgãos da subsecretaria de licenciamento, fiscalização e controle urbano, nos termos da previsão dos arts. 1º, inciso XIII, 1º-A, 1º-D e 1º-e do decreto rio nº 47.282, de 21 de março de 2020, por força da situação de emergência na Cidade do Rio de Janeiro provocada pela pandemia do Coronavírus-Covid-19.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3140 de 07 de abril de 2020  D.O.RIO de 08/04/2020 p. 10</p>	<p>Procede a ajustes e correções na resolução SMF nº 3.135, de 24 de março de 2020 e regulamenta a aplicação do art. 22, IV, do decreto nº 14.602, de 29 de fevereiro de 1996, para os casos que especifica.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3141 de 08 de abril de 2020  D.O.RIO de 15/04/2020 p. 40  (Ato alterado)  (Ato correlato)</p>	<p>Regulamenta o decreto rio nº 47.339 de 07 de abril de 2020 por meio da orientação técnica nº 01/2020. /Estabelece procedimentos para liquidação das despesas na administração direta e indireta, e dá outras providências./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3145 de 17 de abril de 2020  D.O.RIO de 20/04/2020 p. 5  (Ato alterado)</p>	<p>Prorroga o prazo definido na resolução SMF nº 3134, de 20 de março de 2020. /Define procedimentos sobre a lavratura, registro e controle de auto de infração administrativos./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3147 de 27 de abril de 2020  D.O.RIO de 28/04/2020 p. 8</p>	<p>Altera a Resolução SMF nº 3.141, de 8 de abril de 2020, que regulamenta o Decreto Rio nº 47.339, de 7 de abril de 2020, por meio da Orientação Técnica nº 01/2020.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3149 de 06 de maio de 2020  D.O.RIO de 07/05/2020 p. 7</p>	<p>Altera a redação da Resolução SMF nº 3.138, de 26 de março de 2020, referente a operações de fiscalização dos órgãos da Subsecretaria de Licenciamento, Fiscalização e Controle Urbano, por força da situação de emergência na Cidade</p>










	do Rio de Janeiro provocada pela pandemia do Coronavírus- Covid-19.
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3150 de 18 de maio de 2020  D.O.RIO de 19/05/2020 p. 5</p>	Altera a Resolução SMF nº 3.141, de 8 de abril de 2020, que regulamenta o Decreto Rio nº 47.339, de 7 de abril de 2020, por meio da Orientação Técnica nº 01/2020.
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3151 de 20 de maio de 2020  D.O.RIO de 21/05/2020 p. 11</p>	Altera a Tabela de Códigos de Receitas do IPTU.
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3152 de 20 de maio de 2020  D.O.RIO de 21/05/2020 p. 12  (Ato alterado)</p>	Prorroga o prazo definido na Resolução SMF nº 3.145 de 17 de abril de 2020. /Define procedimentos sobre a lavratura, registro e controle de auto de infração administrativos./
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3156 de 25 de maio de 2020  D.O.RIO de 26/05/2020 p. 6</p>	Altera a Resolução SMF nº 3.141, de 8 de abril de 2020, que regulamenta o Decreto Rio nº 47.339, de 7 de abril de 2020, por meio da Orientação Técnica nº 01/2020.
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3157 de 29 de maio de 2020  D.O.RIO de 01/06/2020 p. 8</p>	Altera a Tabela de Códigos de Receitas do ISS.
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3158 de 29 de maio de 2020  D.O.RIO de 01/06/2020 p. 8</p>	Regulamenta o disposto no Decreto Rio nº 47.460 de 22 de maio de 2020 e dá outras providências.
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3159 de 29 de maio de 2020  D.O.RIO de 01/06/2020 p. 8</p>	Dispõe sobre normas transitórias para o processo de inclusão predial desenvolvido no âmbito da Gerência de Visto Fiscal da Coordenadoria do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e Taxas, como medida emergencial decorrente da pandemia do novo Coronavírus.
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3160 de 29 de maio de 2020  D.O.RIO de 01/06/2020 p. 9</p>	Regulamenta os arts. 2º a 4º e 6º do Decreto RIO nº 47.421, de 8 de maio de 2020, quanto à aplicação dos benefícios instituídos no art. 1º da Lei nº 6.740, de 8 de maio de 2020, no tocante aos créditos tributários de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e de Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo - TCL não inscritos em Dívida Ativa.










<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3161 de 29 de maio de 2020  D.O.RIO de 01/06/2020 p. 10  (Ato alterado)</p>	<p>Disciplina a aplicação do disposto no Decreto RIO nº 47.422, de 8 de maio de 2020, que regulamenta a retomada do Programa Concilia Rio, autorizada pela Lei nº 6.740, de 8 de maio de 2020, no tocante aos créditos tributários não inscritos em Dívida Ativa, e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3164 de 19 de junho de 2020  D.O.RIO de 22/06/2020 p. 7</p>	<p>Altera a Resolução SMF nº 3.141, de 8 de abril de 2020, que regulamenta o Decreto Rio nº 47.339, de 7 de abril de 2020, por meio da Orientação Técnica nº 01/2020. /Estabelece procedimentos para liquidação das despesas na administração direta e indireta, e dá outras providências./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3170 de 01 de julho de 2020  D.O.RIO de 02/07/2020 p. 8</p>	<p>Cria modelos de autodeclarações referidas no Decreto Rio nº 47.550, de 26 de junho de 2020, que dispõe sobre condições de colocação de mesas e cadeiras em logradouros públicos, em caráter extraordinário, por restaurantes, bares, lanchonetes e estabelecimentos congêneres, até 31 de dezembro de 2020, e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3172 de 08 de julho de 2020  D.O.RIO de 14/07/2020 p. 8</p>	<p>Atualiza os procedimentos relativos à análise prévia pela Secretaria Municipal de Fazenda dos processos de fatura de que trata a Resolução SMF nº 3.141, de 8 de abril de 2020, que regulamenta o Decreto Rio nº 47.339, de 7 de abril de 2020.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMF N. 3174 de 14 de julho de 2020  D.O.RIO de 15/07/2020 p. 4</p>	<p>Altera a Resolução SMF nº 3.161, de 29 de maio de 2020, que disciplina a aplicação do disposto no Decreto RIO nº 47.422, de 8 de maio de 2020, o qual regulamenta a retomada do Programa Concilia Rio, autorizada pela Lei nº 6.740, de 8 de maio de 2020, no tocante aos créditos tributários não inscritos em Dívida Ativa.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMIHC N. 8 de 27 de abril de 2020  D.O.RIO de 28/04/2020 p. 27</p>	<p>Aprova o termo de responsabilidade para sepultamento, e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMIHC N. 9 de 28 de abril de 2020  D.O.RIO de 04/05/2020 p. 43</p>	<p>Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos serviços funerários e cemiteriais para os óbitos da Cidade do Rio de Janeiro e a recomendação quanto aos atos de despedida enquanto perdurar a pandemia de Covid-19.</p>











<p>RESOLUÇÃO SMIHC N. 88 de 22 de maio de 2020  D.O.RIO de 25/05/2020 p. 44</p>	<p>Institui a obrigatoriedade de remessa de informações por parte dos cemitérios concessionários e permissionários nos prazos que especifica e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4330 de 17 de março de 2020  D.O.RIO de 18/03/2020 p. 18  Anexo atualizado– D.O.RIO de 24/03/2020 p. 12  Anexo atualizado – D.O.RIO de 27/03/2020 p. 8  Anexo atualizado– D.O.RIO de 30/04/2020 p. 13</p>	<p>Orientações sobre a prevenção e manejo da transmissão e infecção pelo novo Coronavírus (SARS-COV-2) e organização dos serviços de atenção primária à saúde do Município do Rio de Janeiro.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4331 de 17 de março de 2020  D.O.RIO de 18/03/2020 p. 22  Anexo atualizado – D.O.RIO de 19/03/2020 p. 9  Anexo atualizado– D.O.RIO de 01/04/2020 p. 12</p>	<p>Atualização das definições operacionais para notificação e investigação de casos suspeitos de Covid19 em cenário epidemiológico de transmissão comunitária.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4332 de 18 de março de 2020  D.O.RIO de 19/03/2020 p. 10</p>	<p>/Aprovar e conceder efeito normativo à nota técnica SMS/SUBHUE/SHM sobre o acolhimento às gestantes, puérperas e recém-nascidos com suspeita de SRAG./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4333 de 18 de março de 2020  D.O.RIO de 19/03/2020 p. 10  (Ato alterado)</p>	<p>/Aprovar e conceder efeito normativo às recomendações para os CAPS do Município do Rio de Janeiro referentes a Covid-19./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4334 de 18 de março de 2020  D.O.RIO de 19/03/2020 p. 11  Anexo atualizado– D.O.RIO de 23/03/2020 p. 10</p>	<p>/Aprovar e conceder efeito normativo à nota TÉCNICA S/SUBREG./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4337 de 18 de março de 2020  D.O.RIO de 19/03/2020 p. 14</p>	<p>Aprovar e conceder efeito normativo à Procedimento Operacional Padrão Política CMCIH 01/2018 - Higienização das Mãos.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4342 de 27 de março de 2020  D.O.RIO de 30/03/2020 p. 15</p>	<p>Dispõe sobre as medidas especiais de interesse sanitário em razão da pandemia de COVID-19.</p>













<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4344 de 30 de março de 2020  D.O.RIO de 31/03/2020 p. 15</p>	<p>/Aprovar e conceder efeito normativo à nota técnica: recomendações para os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) da Cidade do Rio de Janeiro referentes à Covid-19./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4345 de 30 de março de 2020  D.O.RIO de 31/03/2020 p. 15  Atualização – D.O.RIO de 22/06/2020 p. 9</p>	<p>/Aprovar e conceder efeito normativo à Nota Técnica Conjunta SUBREG e SUBHUE - COVID -19 de 27 de março de 2020./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4350 de 06 de abril de 2020  D.O.RIO de 07/04/2020 p. 10</p>	<p>/Aprovar e conceder efeito normativo a NOTA TÉCNICA SMS/SUBHUE sobre o Protocolo de Utilização de Cloroquina ou Hidroxicloroquina nas Unidades de Saúde da Rede de Atenção Hospitalar da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4351 de 06 de abril de 2020  D.O.RIO de 07/04/2020 p. 12</p>	<p>/Aprovar e conceder efeito normativo a NOTA TÉCNICA SMS/SUBHUE sobre o Atendimento Clínico na suspeita de COVID-19 nas Emergências, Unidades de Pronto Atendimento e Centros de Emergência Regional./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4352 de 06 de abril de 2020  D.O.RIO de 07/04/2020 p. 14</p>	<p>/Aprovar e conceder efeito normativo à nota técnica S/SUBHUE/CMCIH. Fornecer recomendações referentes ao uso de máscaras no contexto do novo Coronavírus (COVID-19).</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4354 de 06 de abril de 2020  D.O.RIO de 08/04/2020 p. 12</p>	<p>/Aprovar e conceder efeito normativo à NOTA TÉCNICA Orientações quanto ao manejo de gestantes e puérperas - COVID-19./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4355 de 06 de abril de 2020  D.O.RIO de 08/04/2020 p. 12</p>	<p>/Aprovar e conceder efeito normativo à NOTA TÉCNICA Orientações de Manejo e Cuidados de Saúde da Criança e Aleitamento Materno Durante a Epidemia da COVID 19./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4356 de 06 de abril de 2020  D.O.RIO de 08/04/2020 p. 13</p>	<p>/Aprovar e conceder efeito normativo à NOTA TÉCNICA Orientações aos idosos maiores de 60 anos e as instituições de longa permanência (ILPIs) COVID-19./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4357 de 06 de abril de 2020  D.O.RIO de 08/04/2020 p. 14</p>	<p>/Aprovar e conceder efeito normativo à Nota técnica SUBPAV: Recomendações para o atendimento às pessoas em situação de rua na Atenção Primária à Saúde do Município do Rio de Janeiro mediante a pandemia COVID-19./</p>










<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4360 de 08 de abril de 2020  D.O.RIO de 13/04/2020 p. 22</p>	<p>Dispõe sobre medidas especiais de interesse sanitário, relativas ao funcionamento de mercados, supermercados e hortifruti, em razão da pandemia de Covid-19.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4369 de 15 de abril de 2020  D.O.RIO de 17/04/2020 p. 5</p>	<p>/Aprovar e conceder efeito normativo a NOTA TÉCNICA SMS/SUBHUE sobre a suspensão das visitas aos pacientes internados na Rede da SMS Rio, anexo I desta Resolução.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4370 de 16 de abril de 2020  D.O.RIO de 17/04/2020 p. 5</p>	<p>/Aprovar e conceder efeito normativo à Nota SMS/SUBPAV/CTEO/ SVS./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4373 de 17 de abril de 2020  D.O.RIO de 20/04/2020 p. 8</p>	<p>Orientações quanto ao fluxo de regulação e de acesso a leitos para síndrome respiratória aguda grave e Coronavírus no Município do Rio de Janeiro.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4376 de 17 de abril de 2020  D.O.RIO de 28/04/2020 p. 11</p>	<p>Orientações quanto ao fluxo de regulação e de acesso a leitos para pacientes com síndrome respiratória aguda grave e Covid-19 (suspeitos ou confirmados) no Município do Rio de Janeiro.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4377 de 27 de abril de 2020  D.O.RIO de 29/04/2020 p. 7</p>	<p>Orientações para a notificação e investigação de óbito suspeito por Covid19.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4378 de 28 de abril de 2020  D.O.RIO de 29/04/2020 p. 8</p>	<p>Orientações para a implementação de promoção da atividade física pelos profissionais de Educação Física do Programa Academia Carioca para idosos no isolamento vertical em hotéis como estratégia de promoção da saúde durante a pandemia de síndrome gripal (COVID-19) associada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4380 de 28 de abril de 2020  D.O.RIO de 29/04/2020 p. 9</p>	<p>Orientações para a implementação de promoção da atividade física pelos profissionais de Educação Física do Programa Academia Carioca em condomínios residenciais e conjuntos habitacionais como estratégia de promoção da saúde visando a organização comunitária e o fortalecimento social para a medida de isolamento social durante a pandemia de síndrome gripal (COVID-19) associada ao novo coronavírus (SARS-CoV-2).</p>




<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4382 de 28 de abril de 2020  D.O.RIO de 29/04/2020 p. 10</p>	<p>Nexo de causalidade entre a Covid 19 e o processo de trabalho dos profissionais de saúde, da chamada “linha de frente” na assistência aos pacientes infectados durante a pandemia por Coronavírus.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4386 de 29 de abril de 2020  D.O.RIO de 04/05/2020 p. 16</p>	<p>Orientações sobre a prevenção e manejo da Covid - 19 e organização dos serviços de atenção primária à saúde do Município do Rio de Janeiro.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4387 de 29 de abril de 2020  D.O.RIO de 24/07/2020 p. 21</p>	<p>Orientações sobre a utilização e distribuição de Testes Rápidos para Covid19.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4393 de 06 de maio de 2020  D.O.RIO de 07/05/2020 p. 9</p>	<p>Orientações sobre o preenchimento da Declaração de Óbito para mortes relacionadas à COVID-19.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4397 de 11 de maio de 2020  D.O.RIO de 12/05/2020 p. 11</p>	<p>Regulamenta, em caráter temporário e excepcional, a realização de testes rápidos - ensaios imunocromatográficos, para a pesquisa de anticorpos ou antígeno do novo Coronavírus na forma que menciona.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4398 de 12 de maio de 2020  D.O.RIO de 13/05/2020 p. 8</p>	<p>Recomendações sobre Abordagem das pessoas com alterações dermatológicas durante a pandemia da COVID-19 visando a garantia do cuidado.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4402 de 18 de maio de 2020  D.O.RIO de 19/05/2020 p. 8</p>	<p>Orientações para as unidades de saúde próprias, conveniadas e contratadas no âmbito do SUS do Município do Rio de Janeiro sobre a regulação (agendamento) de consultas, exames e/ou procedimentos ambulatoriais eletivos agendados pelo SISREG durante a Pandemia pelo COVID-19.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4412 de 27 de maio de 2020  D.O.RIO de 28/05/2020 p. 9</p>	<p>/Aprovar e conceder efeito normativo à atualização da NOTA TÉCNICA SMS/SUBHUE sobre o uso de equipamento de proteção individual (EPI) pelos profissionais de saúde para assistência a pacientes no contexto da pandemia de COVID-19 no enfrentamento da emergência de saúde pública em razão da pandemia de COVID-19./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4413 de 27 de maio de 2020  D.O.RIO de 28/05/2020 p. 10</p>	<p>Orientações técnicas sobre afastamento laboral e retorno às atividades de trabalhadores de saúde da Rede Municipal de Saúde com histórico de exposição e/ou infecção pelo Novo Coronavírus.</p>




<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4419 de 02 de junho de 2020  D.O.RIO de 03/06/2020 p. 12</p>	<p>/Aprovar e conceder efeito normativo à NOTA TÉCNICA SMS/SUBHUE sobre o controle de infecções pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2) em procedimentos cirúrgicos para assistência a pacientes no contexto da pandemia de COVID-19./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4423 de 03 de junho de 2020  D.O.RIO de 04/06/2020 p. 12</p>	<p>Estabelece o fluxo de atualização diária dos dados e indicadores de saúde constantes no Decreto Rio nº 47.488 de 02 de junho de 2020 por parte da Secretaria Municipal de Saúde.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4424 de 03 de junho de 2020  D.O.RIO de 20/07/2020 p. 9  (Ato correlato)</p>	<p>Estabelece medidas de prevenção específicas para o funcionamento dos estabelecimentos e atividades que menciona e medidas necessárias à obtenção, utilização e suspensão de uso do Selo de Conformidade com as Medidas Preventivas da Covid-19.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4425 de 05 de junho de 2020  D.O.RIO de 08/06/2020 p. 17</p>	<p>Regulamenta, no âmbito do Município do Rio de Janeiro, a obrigatoriedade dos hospitais e das unidades de saúde da rede privada a fornecerem, diariamente, à Secretaria Municipal de Saúde, no ambiente virtual da Plataforma SMS-RIO, os dados numéricos sobre os mapas de leitos dedicados ao tratamento da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG/COVID-19).</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4437 de 15 de junho de 2020  D.O.RIO de 23/06/2020 p. 33</p>	<p>/Orientações para a retomada gradual e programada das consultas ambulatoriais nas unidades de saúde próprias, conveniadas e contratadas no âmbito do Sistema Único de Saúde no Município do Rio de Janeiro, em atendimento ao DECRETO RIO Nº 47.489, de 02 de junho de 2020./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4438 de 15 de junho de 2020  D.O.RIO de 16/06/2020 p. 15</p>	<p>Institui, no âmbito dos hospitais de campanha e nas unidades hospitalares com leitos dedicados ao tratamento da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG/COVID-19), situadas no território do Município do Rio de Janeiro, as equipes do Núcleo de Regulação (NRs), para apoio ao monitoramento de ocupação de leitos públicos, a fim de qualificar e otimizar o processo regulatório, durante a pandemia da COVID-19.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4450 de 17 de junho de 2020  D.O.RIO de 18/06/2020 p. 9</p>	<p>/Aprovar e conceder efeito normativo às recomendações para os CAPS do Município do Rio de Janeiro referentes a Covid-19./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4455 de 19 de junho de 2020  D.O.RIO de 22/06/2020 p. 9</p>	<p>/Atualiza as orientações quanto ao fluxo de regulação do acesso aos leitos para pacientes com Covid-19/SRAG suspeita ou confirmada no Município do Rio de Janeiro./</p>





<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4456 de 23 de junho de 2020  D.O.RIO de 24/06/2020 p. 7</p>	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de Notificação de Casos/óbitos de Síndrome Inflamatória Multissistêmica em Crianças e Adolescentes no âmbito do município do Rio de Janeiro.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4461 de 01 de julho de 2020  D.O.RIO de 02/07/2020 p. 17</p>	<p>Recomendações sobre a retomada dos atendimentos odontológicos eletivos nos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) do município do Rio de Janeiro frente à pandemia de COVID-19.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4462 de 01 de julho de 2020  D.O.RIO de 02/07/2020 p. 18</p>	<p>Recomendações sobre a retomada dos atendimentos odontológicos eletivos nas Unidades da Atenção Primária à Saúde do município do Rio de Janeiro frente à pandemia de COVID-19.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4470 de 14 de julho de 2020  D.O.RIO de 15/07/2020 p. 5</p>	<p>Dispõe sobre as orientações para a retomada gradual e programada das cirurgias eletivas nas unidades de saúde da SMS no âmbito do Sistema Único de Saúde no Município do Rio de Janeiro, em atendimento ao Decreto Rio Nº 47.489, de 02 de junho de 2020.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMS N. 4481 de 23 de julho de 2020  D.O.RIO de 24/07/2020 p. 20</p>	<p>/Orientações sobre atendimento das prescrições digitais e com certificação digital nas farmácias da rede municipal de saúde do Rio de Janeiro./</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3249 de 17 de março de 2020  D.O.RIO de 18/03/2020 p. 43  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre a suspensão da concessão de gratuidade nos serviços de transporte público de passageiros do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3250 de 17 de março de 2020  D.O.RIO de 18/03/2020 p. 43  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vencimento de multas e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3251 de 17 de março de 2020  D.O.RIO de 19/03/2020 p. 26</p>	<p>Dispõe sobre a suspensão do funcionamento das faixas reversíveis nas vias da Cidade do Rio de Janeiro.</p>




<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3252 de 17 de março de 2020  D.O.RIO de 18/03/2020 p. 43</p>	<p>Dispõe sobre a circulação de veículos dotados de ar-condicionado do sistema de transporte coletivo público de passageiros da Cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3253 de 18 de março de 2020  D.O.RIO de 20/03/2020 p. 42  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre a suspensão da concessão de gratuidades nos serviços de transporte público de passageiros do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3255 de 20 de março de 2020  D.O.RIO de 23/03/2020 p. 31</p>	<p>Dispõe sobre alteração temporária dos serviços do <i>Bus Rapid Transit</i> - BRT e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3265 de 06 de abril de 2020  D.O.RIO de 07/04/2020 p. 21  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação da suspensão da concessão de gratuidades nos serviços de transporte público de passageiros do Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3266 de 06 de abril de 2020  D.O.RIO de 07/04/2020 p. 21  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação da suspensão da concessão de gratuidades nos serviços de transporte público de passageiros do Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3271 de 16 de abril de 2020  D.O.RIO de 17/04/2020 p. 13  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre prorrogação do prazo estabelecido nas resoluções SMTR nº 3.265 e SMTR nº 3.266, de 06 de abril de 2020, referente à suspensão da concessão de gratuidades nos serviços de transporte público de passageiros do Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3276 de 28 de abril de 2020  D.O.RIO de 29/04/2020 p. 17</p>	<p>Suspende o calendário de vistoria 2020 para os modais TAXI, SPPO, STPC, FRETE, TEC E STPL e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3278 de 29 de abril de 2020  D.O.RIO de 30/04/2020 p. 38</p>	<p>Suspende o prazo concedido na Resolução 3.240, de 10 de março de 2020 para os veículos de propriedade dos autorizatários autônomos, das empresas de transporte escolar e estabelecimento de ensino, operadores do Serviço de Transporte Escolar para o ano 2020 e dá outras providências.</p>












<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3281 de 30 de abril de 2020  D.O.RIO de 04/05/2020 p. 40</p>	<p>Fica estabelecido que, para fins da Resolução SMTR nº 3.276, de 28 de abril de 2020, o termo FRETE engloba o TRANSPORTE TURÍSTICO.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3282 de 04 de maio de 2020  D.O.RIO de 07/05/2020 p. 19  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre prorrogação dos prazos estabelecidos nas Resoluções SMTR nº 3.265 e SMTR nº 3.266, de 06 de abril de 2020 e prorrogados pela Resolução SMTR nº 3.271, de 16 de abril de 2020, referentes à suspensão da concessão de gratuidades nos serviços de transporte público de passageiros do município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3285 de 06 de maio de 2020  D.O.RIO de 08/05/2020 p. 16</p>	<p>Dispõe sobre prorrogação do prazo estabelecido na Resolução SMTR nº 3.250, de 17 de março de 2020, referentes à prorrogação do prazo de vencimento de multas e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3286 de 08 de maio de 2020  D.O.RIO de 11/05/2020 p. 20</p>	<p>Dispõe sobre a alteração temporária dos serviços do Bus Rapid Transit - BRT e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3287 de 11 de maio de 2020  D.O.RIO de 12/05/2020 p. 17</p>	<p>Dispõe sobre prorrogação do prazo estabelecido na Resolução SMTR nº 3.266, de 06 de abril de 2020 e prorrogado pelas Resoluções SMTR nº 3.271, de 16 de abril de 2020 e nº 3.282, de 04 de maio de 2020, referentes à suspensão da concessão de gratuidades nos serviços de transporte público de passageiros do município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3288 de 18 de maio de 2020  D.O.RIO de 19/05/2020 p. 15</p>	<p>Dispõe sobre prorrogação do prazo estabelecido na Resolução SMTR nº 3.265, de 06 de abril de 2020 e prorrogado pelas Resoluções SMTR nº 3.271, de 16 de abril de 2020, e nº 3.282, de 04 de maio de 2020, referente à suspensão da concessão de gratuidades nos serviços de transporte público de passageiros do município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3289 de 21 de maio de 2020  D.O.RIO de 22/05/2020 p. 15</p>	<p>Revoga a Resolução SMTR nº 3.211, de 27 de dezembro de 2019, que autoriza o reajuste das tarifas do serviço de transporte de passageiros em veículos de aluguel a taxímetro - Táxis, das categorias Convencional e Executivo.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3290 de 01 de junho de 2020  D.O.RIO de 02/06/2020 p. 33</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação dos prazos processuais de recursos relativos aos autos de infrações de trânsito.</p>











<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3291 de 01 de junho de 2020  D.O.RIO de 02/06/2020 p. 33</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação da suspensão dos efeitos da Resolução SMTR N° 3232, de 13 de fevereiro de 2020, estabelecida pela Resolução SMTR N° 3247, de 16 de março de 2020.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3292 de 04 de junho de 2020  D.O.RIO de 05/06/2020 p. 19</p>	<p>Estabelece critérios para retomada gradual e responsável das atividades de atendimento ao público pela Secretaria Municipal de Transportes - SMTR de acordo com o Plano de Reestruturação da Cidade do Rio de Janeiro em função dos impactos da pandemia de COVID-19 e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SMTR N. 3296 de 15 de junho de 2020  D.O.RIO de 16/06/2020 p. 35</p>	<p>Dispõe sobre a readequação da operação das linhas regulares do SPPO/RJ com base no Plano de Retomada e em decorrência dos impactos da pandemia COVID-19.</p>














ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>RESOLUÇÃO CONJUNTA SMIHC/SMASDH /SMS N. 01 de 15 de junho de 2020  D.O.RIO de 14/07/2020 p. 7</p>	<p>Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos de acesso ao previsto no Decreto Rio nº 47.418 de 07 de maio de 2020 e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO CONJUNTA SMS/SEOP/SMASDH N. 56 de 12 de maio de 2020  D.O.RIO de 12/05/2020 p. 6</p>	<p>/Estabelece as medidas necessárias ao cumprimento do art. 1º-J do decreto Rio nº 47.282, de 21 de março de 2020, que determina a adoção de medidas adicionais, pelo município, para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus - Covid - 19, e dá outras providências, com redação dada pelo decreto Rio nº 47.375, de 14 de abril de 2020./</p>
<p>RESOLUÇÃO CONJUNTA SMS/SMASDH N. 65 de 18 de maio de 2020  D.O.RIO de 19/05/2020 p. 4</p>	<p>Dispõe sobre o processo de trabalho no período de hospedagem dos idosos e seus acompanhantes moradores de comunidades socialmente vulneráveis, visando prevenir a</p>









	contaminação pelo novo Coronavírus - COVID - 19 e dá outras providências.
<p>RESOLUÇÃO CONJUNTA SMS/SMASDH/SMDT N. 66 de 05 de junho de 2020</p> <p> D.O.RIO de 08/06/2020 p. 11</p>	Dispõe sobre medidas especiais de interesse sanitário e epidemiológico relativas ao funcionamento de Instituições de Longa Permanência do Idoso - ILPI, e de Pessoas com Deficiência, em razão da pandemia de Covid-19.
<p>RESOLUÇÃO CONJUNTA SMS/SMASDH N. 67 de 20 de maio de 2020</p> <p> D.O.RIO de 01/07/2020 p. 8</p>	/Recomendações para os serviços de abordagem às pessoas em situação de rua e serviços de acolhimento institucional da Cidade do Rio de Janeiro, referentes à Covid-19./
<p>RESOLUÇÃO CONJUNTA SMTR/SMS N. 42 de 24 de junho de 2020</p> <p> D.O.RIO de 25/06/2020 p. 6  (Ato correlato)</p>	Dispõe sobre medidas de adequação do transporte público por ônibus alinhadas ao Plano de Retomada da Cidade do Rio de Janeiro em função dos impactos da pandemia de Covid-19, o Programa "Rio de Novo".




ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>RESOLUÇÃO "P" SEOP N. 54 de 10 de junho de 2020</p> <p> D.O.RIO de 15/06/2020 p. 19  (Ato correlato)</p>	Dispõe sobre a prorrogação da autorização de operação de veículos do serviço de transporte complementar estabelecida na resolução SEOP "n" nº 316, de 27 de maio de 2020.
<p>RESOLUÇÃO "P" SMIHC N. 96 de 08 de junho de 2020</p> <p> D.O.RIO de 09/06/2020 p. 46</p>	Estabelece o fluxo de atualização diária dos dados e indicadores de sepultamento por parte dos cemitérios concessionários e permissionários nos prazos que especifica.



ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>PORTARIA CET-RIO N. 12 de 01 de julho de 2020  D.O.RIO de 03/07/2020 p. 25</p>	<p>Dispõe sobre as condições para estabelecimento da proibição do estacionamento em via pública em conformidade ao Decreto Rio nº 47.550 de 26 de junho de 2020, e dá outras providências.</p>
<p>PORTARIA CVL/SUBSC N. 49 de 14 de maio de 2020  D.O.RIO de 15/05/2020 p. 4  (Ato alterado)</p>	<p>/Dispõe sobre a prorrogação automática do afastamento de servidor em licença médica./</p>
<p>PORTARIA CVL/SUBSC N. 50 de 14 de maio de 2020  D.O.RIO de 15/05/2020 p. 4  (Ato alterado)</p>	<p>/Dispõe sobre os processos administrativos disciplinares em curso na Coordenadoria Técnica das Comissões Permanentes de Inquérito Administrativo e sobre o prazo de validade da Declaração de Nada Consta de Inquérito./</p>
<p>PORTARIA CVL/SUBSC N. 55 de 28 de maio de 2020  D.O.RIO de 29/05/2020 p. 7</p>	<p>Dispõe sobre o prazo de sobrestamento de todos os processos administrativos disciplinares em curso na Coordenadoria Técnica das Comissões Permanentes de Inquérito Administrativo.</p>
<p>PORTARIA CVL/SUBSC N. 56 de 08 de junho de 2020  D.O.RIO de 10/06/2020 p. 5</p>	<p>/Instaurar, em processos administrativos disciplinares de menor complexidade, o procedimento de oitivas remotas por meio de videoconferência, no âmbito das Comissões Permanentes de Inquérito Administrativo./</p>
<p>PORTARIA CVL/SUBSC N. 57 de 10 de junho de 2020  D.O.RIO de 15/06/2020 p. 3</p>	<p>/Dispõe sobre a prorrogação automática do afastamento de servidor em licença médica./</p>
<p>PORTARIA CVL/SUBSC N. 58 de 25 de junho de 2020  D.O.RIO de 26/06/2020 p. 7</p>	<p>Suspende o prazo para posse de novos servidores e dá outras providências.</p>
<p>PORTARIA CVL/SUBSC N. 60 de 25 de junho de 2020  D.O.RIO de 30/06/2020 p. 4</p>	<p>Suspende o prazo de validade dos concursos públicos realizados e ainda não finalizados no Município do Rio de Janeiro.</p>
<p>PORTARIA CVL/SUBSC N. 61 de 07 de julho de 2020  D.O.RIO de 09/07/2020 p. 5</p>	<p>Altera os prazos divulgados por intermédio da Portaria CVL/SUBSC n.º 42, de 16 de março de 2020, em razão do adiamento das eleições municipais de 2020, face à edição da Emenda Constitucional n.º 107, de 02 de julho de 2020, publicada no D.O.U., de 03 de julho de 2020.</p>


<p>PORTARIA CVL/SUBSC N. 62 de 14 de julho de 2020  D.O.RIO de 15/07/2020 p. 3</p>	<p>/Prorroga, por sessenta dias, o prazo das sindicâncias administrativas instauradas pelas portarias abaixo discriminadas, de acordo com o decreto rio nº 47.414 de 05 de maio de 2020, que dispõe sobre a prorrogação dos prazos das sindicâncias administrativas durante o período de vigência do decreto rio n.º 47.247, de 13 de março de 2020, que estabelece conjunto de ações necessárias à redução do contágio pelo Covid-19 – Coronavírus./</p>
<p>PORTARIA CVL/SUBSC N. 63 de 17 de julho de 2020  D.O.RIO de 20/07/2020 p. 6</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação da licença médica, sem alta.</p>
<p>PORTARIA FPJ N. 139 de 29 de maio de 2020  D.O.RIO de 01/06/2020 p. 50</p>	<p>Dispõe sobre o atendimento ao público na Fundação Parques e Jardins, em face da pandemia do novo Coronavírus - Covid-19.</p>
<p>PORTARIA GM-RIO/IG N. 231 de 29 de maio de 2020  D.O.RIO de 01/06/2020 p. 31  (Ato correlato)</p>	<p>Regulamenta o processo de constatação e notificação de infrações sanitárias, em caráter excepcional, por agentes da Guarda Municipal, durante a vigência da situação de emergência no Município em face da pandemia de COVID-19.</p>
<p>PORTARIA SMF/CFE N. 114 de 19 de março de 2020  D.O.RIO de 20/03/2020 p. 42  (Ato alterado)</p>	<p>Suspende o funcionamento das feiras especiais, de ambulantes e das Feirartes.</p>
<p>PORTARIA SMF/CFE N. 115 de 26 de março de 2020  D.O.RIO de 27/03/2020 p. 26  (Ato alterado)</p>	<p>Suspende atividades em feiras livres e móveis do Município do Rio de Janeiro, em virtude da pandemia de Covid-19.</p>
<p>PORTARIA SMF/CFE N. 116 de 30 de março de 2020  D.O.RIO de 31/03/2020 p. 22</p>	<p>Regula o funcionamento das feiras orgânicas da Cidade do Rio de Janeiro.</p>


<p>PORTARIA SMF/CFE N. 118 de 01 de abril de 2020  D.O.RIO de 02/04/2020 p. 32  (Ato alterado)</p>	<p>Prorroga a suspensão de funcionamento das feiras de ambulantes, feiras especiais e de Feirartes do Município do Rio de Janeiro, prevista na portaria “n” F/CFE n.º 114, de 19 de março de 2020, em virtude da pandemia de Covid-19.</p>
<p>PORTARIA SMF/CFE N. 119 de 03 de abril de 2020  D.O.RIO de 07/04/2020 p. 21</p>	<p>Prorroga a suspensão de atividades em feiras livres e móveis do Município do Rio de Janeiro, instituída através da portaria “n” F/CFE N.º 115, de em virtude da pandemia de Covid-19.</p>
<p>PORTARIA SMF/CFE N. 121 de 16 de abril de 2020  D.O.RIO de 22/04/2020 p. 28  (Ato alterado)</p>	<p>Prorroga a suspensão de funcionamento das feiras de ambulantes, feiras especiais e de Feirartes do Município do Rio de Janeiro, prevista nas portarias “n” F/CFE n.º 114, de 19 de março de 2020, e 118, de 1.º de abril de 2020, em virtude da pandemia de Covid-19.</p>
<p>PORTARIA SMF/CFE N. 122 de 16 de abril de 2020  D.O.RIO de 22/04/2020 p. 5 (Edição especial)</p>	<p>Suspende o fornecimento de mercadorias, tabuleiros e demais equipamentos nas feiras livres, móveis e de produtos orgânicas do Município do Rio de Janeiro.</p>
<p>PORTARIA SMF/CFE N. 125 de 29 de abril de 2020  D.O.RIO de 30/04/2020 p. 37  (Ato alterado)</p>	<p>Prorroga a suspensão de funcionamento das feiras de ambulantes, feiras especiais e de Feirartes do Município do Rio de Janeiro, em virtude da pandemia de COVID-19.</p>
<p>PORTARIA SMF/CFE N. 127 de 14 de maio de 2020  D.O.RIO de 18/05/2020 p. 14  (Ato alterado)</p>	<p>Prorroga a suspensão de funcionamento das feiras de ambulantes, feiras especiais e de Feirartes do Município do Rio de Janeiro, em virtude da pandemia de COVID-19.</p>
<p>PORTARIA SMF/CFE N. 130 de 28 de maio de 2020  D.O.RIO de 29/05/2020 p. 25</p>	<p>Estabelece canal para atendimento ao público em geral da Coordenação de Feiras para protocolização de petições durante a suspensão do atendimento presencial em virtude da pandemia de COVID-19 e procedimentos correlatos.</p>
<p>PORTARIA SMF/CFE N. 132 de 28 de maio de 2020  D.O.RIO de 29/05/2020 p. 27  (Ato alterado)</p>	<p>Prorroga a suspensão de funcionamento das feiras de ambulantes, feiras especiais e de Feirartes do Município do Rio de Janeiro, em virtude da pandemia de COVID-19.</p>


<p>PORTARIA SMF/CFE N. 134 de 10 de junho de 2020  D.O.RIO de 15/06/2020 p. 19  (Ato alterado)</p>	<p>Prorroga a suspensão de funcionamento das feiras de ambulantes, feiras especiais e de Feirartes do Município do Rio de Janeiro, em virtude da pandemia de COVID-19.</p>
<p>PORTARIA SMF/CFE N. 138 de 25 de junho de 2020  D.O.RIO de 26/06/2020 p. 26</p>	<p>Prorroga a suspensão de funcionamento das feiras de ambulantes, feiras especiais e de Feirartes do Município do Rio de Janeiro, em virtude da pandemia de COVID-19.</p>
<p>PORTARIA SMF/CFE N. 140 de 30 de julho de 2020  D.O.RIO de 31/07/2020 p. 19</p>	<p>Normatiza a atividade de entrega dos Documentos de Arrecadação de Receita Municipal (DARMS) referentes à Taxa de Uso de Área Pública de feirantes e expositores e prorroga a suspensão do atendimento ao público quanto aos demais serviços da Coordenação de Feiras, em virtude da pandemia de COVID-19.</p>
<p>PORTARIA SMF/SUBLFCU/CLF N. 681 de 10 de julho de 2020  D.O.RIO de 13/07/2020 p. 9</p>	<p>Dispõe sobre a delegação de competência para a autorização de colocação de mesas e cadeiras sob a égide do Decreto 47.550/2020.</p>
<p>PORTARIA SMF/SUBOR N. 001 de 08 de junho de 2020  D.O.RIO de 09/06/2020 p. 27</p>	<p>Estabelece os procedimentos extraordinários para liberações de recursos e créditos adicionais.</p>
<p>PORTARIA SMF/SUBTF N. 002 de 29 de maio de 2020  D.O.RIO de 01/06/2020 p. 12</p>	<p>Dispõe sobre a operacionalização da aplicação do benefício de que trata o art. 5º do Decreto RIO nº 47.421, de 8 de maio de 2020.</p>
<p>PORTARIA SMIHC/COR-VIAS N. 004 de 15 de junho de 2020  D.O.RIO de 17/06/2020 p. 18</p>	<p>/Torna sem efeito a portaria IHC/COR-VIAS nº 003 de 23 de março de 2020 que dispõe sobre a suspensão de todas as licenças emitidas de obras e reparos programados assim como de serviços em logradouros públicos, cujo prazo de execução encontra-se a iniciar, enquanto perdurar a situação de emergência no Município do Rio de Janeiro, em face da pandemia causada pelo vírus - Covid-19./</p>

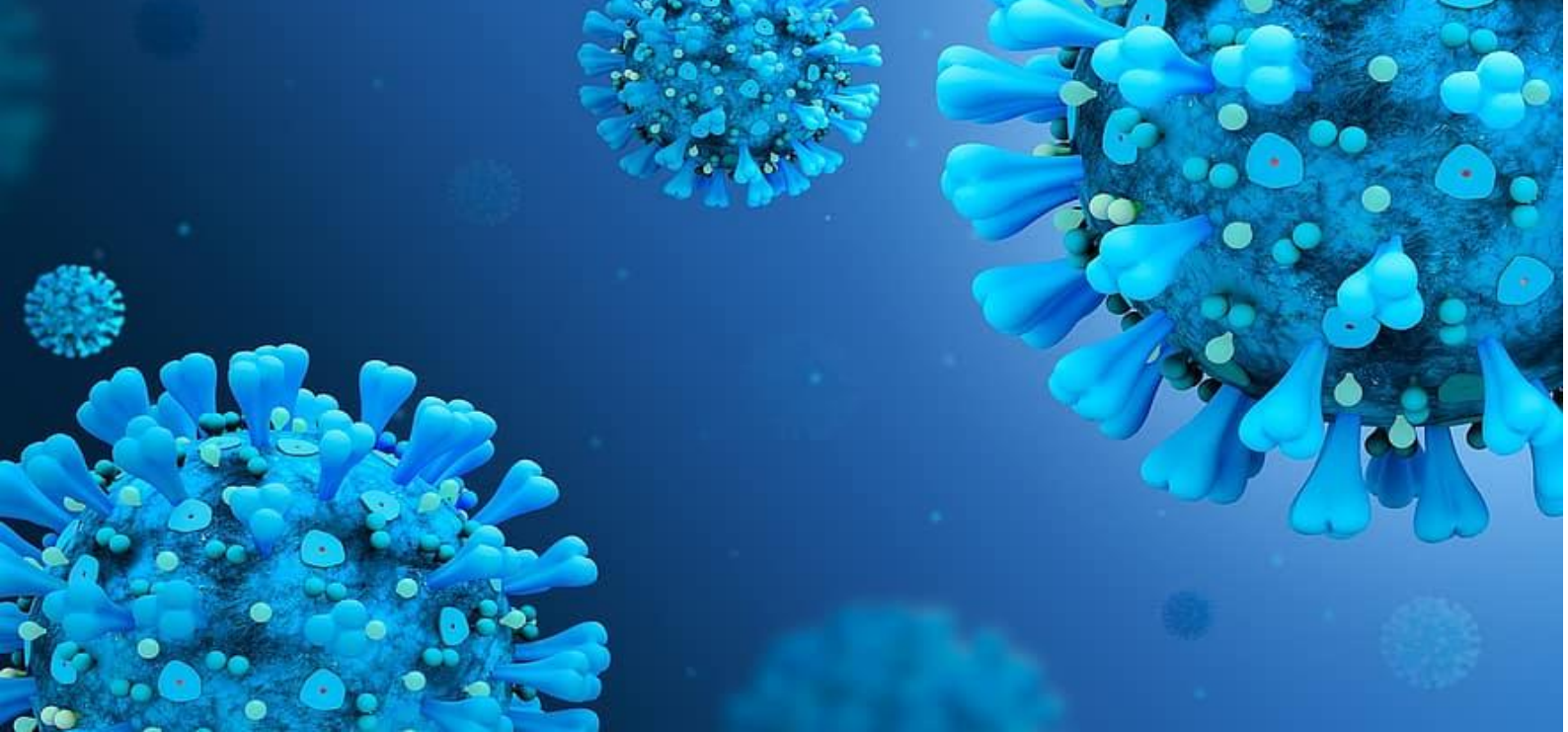
<p>PORTARIA SMS/SUBVISA N. 534 de 24 de março de 2020  D.O.RIO de 25/03/2020 p. 7</p>	<p>Dispõe sobre as medidas preliminares e especiais de interesse sanitário, relativas aos serviços funerários e ao transporte de cadáveres humanos, em razão da pandemia de Covid-19.</p>
<p>PORTARIA SMS/SUBVISA N. 569 de 10 de junho de 2020  D.O.RIO de 15/06/2020 p. 12</p>	<p>Institui, em caráter excepcional e temporário no decurso da pandemia de Covid-19, o plantão fiscal destinado ao acolhimento das notificações da Guarda Municipal em face de infrações sanitárias constatadas por seus agentes, e dá outras providências.</p>
<p>PORTARIA SMTR/SUBT N. 03 de 29 de junho de 2020  D.O.RIO de 01/07/2020 p. 46</p>	<p>Estabelece medidas adicionais para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus - COVID-19 no Serviço Público de Transporte de Passageiros por Ônibus – SPPO.</p>

<p>ATO NORMATIVO</p>	<p>EMENTA</p>
<p>PORTARIA CONJUNTA SMS/SUBVISA/GM-RIO N. 02 de 28 de maio de 2020  D.O.RIO de 01/06/2020 p. 18  (Ato correlato)</p>	<p>Cria o modelo do Termo de Constatação de Infração Sanitária - TCIS e padroniza os procedimentos operacionais pertinentes à sua expedição e ao fluxo de notificação à Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses - S/SUBVISA.</p>

ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>PORTARIA P SMIHC/SUBH N. 16 de 17 de abril de 2020  D.O.RIO de 22/04/2020 p. 32</p>	<p>Dispõe sobre medidas emergenciais no âmbito da Subsecretaria de Habitação acerca de procedimentos quanto aos processos de licenciamento mediante a pandemia do COVID-19, e dá outras providências.</p>











ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>DELIBERAÇÃO CODESP N. 153 de 17 de abril de 2020  D.O.RIO de 20/04/2020 p. 5</p>	<p>Estabelece mecanismos adicionais de controle da despesa no âmbito do Município e dá outras providências.</p>










ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>ORDEM DE SERVIÇO PGM/SUB N. 1 de 24 de março de 2020  D.O.RIO de 25/03/2020 p. 19</p>	<p>Estabelece o procedimento para o recebimento de atos físicos de citação, intimação, notificação ou quaisquer outras modalidades de comunicação, judicial ou administrativa, pela Procuradoria-Geral do Município, enquanto perdurarem as medidas temporárias de prevenção ao contágio e propagação do novo Coronavírus (SARS-CoV-2).</p>



















LEGISLAÇÃO ESTADUAL











LEI	39
DECRETO	56
DECRETO LEGISLATIVO..	62
RESOLUÇÃO	62
RESOLUÇÃO CONJUNTA.	65
PORTARIA	66
PORTARIA CONJUNTA....	68
INSTRUÇÃO NORMATIVA	68
AVISO	68












ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>LEI N. 8766 de 23 de março de 2020  DOERJ de 23/03/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a conceder isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS nas contas de energia elétrica e dos serviços de telecomunicação pelo prazo de 180 dias, dos consumidores afetados pelos desastres naturais decorrentes das chuvas dos meses de janeiro e fevereiro de 2020 e pelo Coronavírus, enquanto perdurarem os efeitos do decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020.</p>
<p>LEI N. 8767 de 23 de março de 2020  DOERJ de 30/03/2020 p. 1  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas bem como de pacotes de viagens adquiridos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro em razão da doença covid-19 causada pelo novo Coronavírus (S A R S - C I V - 2) .</p>
<p>LEI N. 8768 de 23 de março de 2020  DOERJ de 30/03/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a adotar as medidas que especifica, e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8769 de 23 de março de 2020  DOERJ de 30/03/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre medidas de proteção à população fluminense durante o plano de contingência do novo Coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde.</p>
<p>LEI N. 8770 de 23 de março de 2020  DOERJ de 30/03/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a adotar as medidas que especifica e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8771 de 23 de março de 2020  DOERJ de 30/03/2020 p. 2</p>	<p>Altera a lei nº 4.892, de 1º de novembro de 2006, para incluir na lista de produtos da cesta básica o álcool gel.</p>
<p>LEI N. 8772 de 23 de março de 2020  DOERJ de 30/03/2020 p. 2</p>	<p>Autoriza o governo do Estado do Rio de Janeiro a prover renda mínima emergencial a empreendedores solidários, em casos de emergência ou calamidade, na forma que menciona.</p>
<p>LEI N. 8773 de 23 de março de 2020  DOERJ de 23/03/2020 p. 2</p>	<p>Determina a proibição de venda dos produtos de higiene e alimentícios na forma que menciona, em razão da situação de calamidade decorrente da epidemia do Corona vírus (Covid-19).</p>
<p>LEI N. 8794 de 17 de abril de 2020  DOERJ de 17/04/2020 p. 1</p>	<p>Reconhece o estado de calamidade pública em virtude da situação de emergência decorrente do novo Coronavírus (Covid-2019), declarado pelo decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020, e dá outras providências.</p>









<p>LEI N. 8797 de 30 de abril de 2020  DOERJ de 04/05/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a criar plano de risco e resposta rápida, para atuar no monitoramento do Coronavírus nos profissionais de saúde que atuam nas unidades de saúde do Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>LEI N. 8798 de 30 de abril de 2020  DOERJ de 04/05/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza a isenção das tarifas no transporte intermunicipal coletivo de passageiros por ônibus, e ferroviário, metroviário e aquaviário para os servidores públicos da área de saúde no Estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona.</p>
<p>LEI N. 8799 de 30 de abril de 2020  DOERJ de 04/05/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a prestação do serviço de entrega em domicílio durante o período de calamidade pública no Estado do Rio de Janeiro em decorrência do novo Coronavírus (Covid-19).</p>
<p>LEI N. 8800 de 30 de abril de 2020  DOERJ de 04/05/2020 p. 1</p>	<p>Obriga as empresas concessionárias de transporte público a disponibilizar álcool gel nas estações e composições para contenção do Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8801 de 30 de abril de 2020  DOERJ de 04/05/2020 p. 2</p>	<p>Fica determinado no âmbito do Estado do Rio de Janeiro que as concessionárias de transportes públicos, realizem diariamente desinfecção e limpeza de seus veículos para contenção do Coronavírus (Covid 19), e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8802 de 04 de maio de 2020  DOERJ de 05/05/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a reduzir a carga horária ou a adotar regime de trabalho remoto para servidores públicos estaduais e trabalhadores terceirizados, na forma que menciona.</p>
<p>LEI N. 8806 de 07 de maio de 2020  DOERJ de 08/05/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a implantação de barreiras sanitárias permanentes nos logradouros de acesso ao Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de verificação compulsória de pessoas contaminadas, durante o plano de contingência para combate da doença Covid-19, causada pelo novo Coronavírus.</p>
<p>LEI N. 8807 de 07 de maio de 2020  DOERJ de 08/05/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de prioridade de atendimento do serviço de delivery aos idosos.</p>
<p>LEI N. 8808 de 08 de maio de 2020  DOERJ de 11/05/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a proibição temporária de execução de obras e reparos não emergenciais em condomínios comuns e edifícios durante o plano de contingência para combate da doença Covid-19 causada pelo novo Coronavírus.</p>









<p>LEI N. 8810 de 11 de maio de 2020  DOERJ de 12/05/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a firmar convênio com as instituições religiosas, do terceiro setor e instituições da sociedade civil para a distribuição de cestas básicas, durante a vigência do decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020.</p>
<p>LEI N. 8811 de 11 de maio de 2020  DOERJ de 12/05/2020 p. 1</p>	<p>Fica o poder executivo autorizado a dispor sobre a vedação da suspensão e/ou o cancelamento dos planos de saúde por falta de pagamento, durante a vigência do plano de contingência do novo Coronavírus (Covid19), e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8812 de 11 de maio de 2020  DOERJ de 12/05/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a negociar a manutenção do emprego com contrato de carteira assinada enquanto perdurar os efeitos do decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020 que reconhece a situação de emergência na saúde pública do estado do rio de janeiro em razão do contágio e adota medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus (Covid-19); e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8813 de 11 de maio de 2020  DOERJ de 12/05/2020 p. 2</p>	<p>Autoriza o poder executivo a instituir o “Sistema de Logística Solidária”, e dá outras providências, enquanto perdurar o reconhecimento de emergência na saúde pública, decretado pelo governador, em razão da pandemia do Coronavírus - Covid19.</p>
<p>LEI N. 8815 de 11 de maio de 2020  DOERJ de 14/05/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a conceder a isenção de pedágio no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, aos profissionais da área da saúde e segurança pública, enquanto durar o plano de contingência do novo Coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde.</p>
<p>LEI N. 8816 de 11 de maio de 2020  DOERJ de 12/05/2020 p. 2</p>	<p>Autoriza o poder executivo a destinar recursos para mitigar impactos provocados por situações de emergência ou de calamidade na subsistência de Microempreendedores Individuais (MEI), trabalhadores autônomos e trabalhadores informais, na forma que menciona.</p>
<p>LEI N. 8817 de 11 de maio de 2020  DOERJ de 12/05/2020 p. 2</p>	<p>Dispõe sobre o protocolo de proteção e segurança a ser adotado pelas operadoras de transportes por aplicativo, no âmbito do plano de contingência do novo Coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde.</p>
<p>LEI N. 8818 de 14 de maio de 2020  DOERJ de 15/05/2020 p. 1  Representação de inconstitucionalidade</p>	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento gratuito de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) durante o plano de contingência do novo Coronavírus (Covid-19) no Estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona.</p>










<p>LEI N. 8819 de 14 de maio de 2020  DOERJ de 15/05/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a elaboração e divulgação de campanhas e materiais informativos a respeito da infecção pelo Coronavírus (Covid-19) e as formas de prevenção direcionadas à população em situação de rua, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>LEI N. 8820 de 14 de maio de 2020  DOERJ de 15/05/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a utilizar câmeras termais com o fim de detectar pessoas com febre em locais de grande fluxo, como forma de prevenção a doenças infectocontagiosas.</p>
<p>LEI N. 8821 de 14 de maio de 2020  DOERJ de 15/05/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a solicitar a união que se abstenha de adotar quaisquer medidas de cobrança e constrição patrimonial contra o Estado do Rio de Janeiro em decorrência do não pagamento do contrato de refinanciamento da dívida firmado quando da assinatura do regime de recuperação fiscal.</p>
<p>LEI N. 8822 de 14 de maio de 2020  DOERJ de 15/05/2020 p. 2</p>	<p>Autoriza o poder executivo a negociar linhas de crédito a juros iguais ou inferiores a 3,75% enquanto perdurar os efeitos do decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020, que reconhece a situação de emergência na saúde pública do estado do rio de janeiro em razão do contágio e adota medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus (Covid-19); e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8823 de 14 de maio de 2020  DOERJ de 15/05/2020 p. 2</p>	<p>Dispõe sobre o acolhimento da população em situação de rua e vulnerabilidade social bem como demais providências de saúde no enfrentamento à pandemia.</p>
<p>LEI N. 8824 de 14 de maio de 2020  DOERJ de 18/05/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a conceder benefícios fiscais do ICMS incidentes nas operações e prestações realizadas no âmbito da adoção de medidas de prevenção ao contágio, de enfrentamento e contingenciamento da pandemia causada pelo novo Coronavírus - Covid-19 - enquanto perdurar os efeitos do decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020, que reconhece a situação de emergência na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus - Covid-19 - e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8825 de 14 de maio de 2020  DOERJ de 15/05/2020 p. 2</p>	<p>Autoriza o poder executivo a criar hospitais de campanha, em caráter emergencial e provisório, dá outras providências.</p>










<p>LEI N. 8826 de 14 de maio de 2020  DOERJ de 15/05/2020 p. 2</p>	<p>Dispõe sobre a utilização dos centros integrados de educação pública durante as medidas de enfrentamento da propagação e combate ao Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8827 de 14 de maio de 2020  DOERJ de 15/05/2020 p. 3</p>	<p>Autoriza o poder executivo a promover ação de fomento emergencial para os pontos de cultura durante o combate ao vírus Covid-19.</p>
<p>LEI N. 8828 de 14 de maio de 2020  DOERJ de 15/05/2020 p. 3</p>	<p>Autoriza o poder executivo a credenciar no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, farmácias da rede privada para proceder a vacinação contra a gripe em idosos.</p>
<p>LEI N. 8829 de 14 de maio de 2020  DOERJ de 15/05/2020 p. 3</p>	<p>Dispõe sobre a alteração da lei nº 5.901, de 24 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos hotéis, restaurantes, bares e similares, localizados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, de disponibilizarem gel sanitizante aos seus usuários.</p>
<p>LEI N. 8830 de 14 de maio de 2020  DOERJ de 15/05/2020 p. 3</p>	<p>Autoriza o poder executivo a antecipar a dispensação de medicamentos de uso contínuo no Estado do Rio de Janeiro, em casos de endemia, epidemia e pandemia, em toda a rede de saúde, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>LEI N. 8831 de 14 de maio de 2020  DOERJ de 15/05/2020 p. 3</p>	<p>Autoriza o poder executivo a contratar em caráter emergencial profissionais de saúde de outras nacionalidades que tenham atuado no programa mais médicos, e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8832 de 21 de maio de 2020  DOERJ de 22/05/2020 p. 1  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre a transparência nos contratos emergenciais firmados pela administração pública em razão da situação de calamidade decorrente da epidemia do Coronavírus (Covid-19).</p>
<p>LEI N. 8833 de 21 de maio de 2020  DOERJ de 22/05/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o governador do Estado do Rio de Janeiro a ampliar as margens consignáveis dos servidores junto às instituições financeiras durante a vigência do decreto nº 46.973/2020, que reconhece a situação de emergência na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas de enfrentamento da propagação decorrente do Covid-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8834 de 21 de maio de 2020  DOERJ de 22/05/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre o disparo de mensagens via SMS, pelas operadoras de telefonia móvel, aos seus usuários, com informações atualizadas referentes às medidas de enfrentamento da propagação e combate ao Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.</p>










<p>LEI N. 8835 de 21 de maio de 2020  DOERJ de 22/05/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a tarifa dos serviços prestados pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE).</p>
<p>LEI N. 8836 de 21 de maio de 2020  DOERJ de 22/05/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a proteção e defesa da saúde pública nos condomínios edilícios em todo o Estado do Rio de Janeiro durante a pandemia da doença Covid-19.</p>
<p>LEI N. 8837 de 21 de maio de 2020  DOERJ de 22/05/2020 p. 2</p>	<p>Revoga o artigo 3º e seu parágrafo único da lei nº 8.767, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas, bem como de pacotes de viagens adquiridos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro em razão da doença Covid-19 causada pelo novo Coronavírus.</p>
<p>LEI N. 8838 de 21 de maio de 2020  DOERJ de 22/05/2020 p. 2</p>	<p>Autoriza o poder executivo a disponibilizar veículo apropriado para transporte dos profissionais de saúde e, demais funcionários que são essenciais para o funcionamento das unidades de saúde, que residem nas regiões onde foi proibida ou restringida a circulação enquanto perdurar a pandemia de Corovavírus (Covid-19), e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8839 de 21 de maio de 2020  DOERJ de 22/05/2020 p. 2</p>	<p>Dispõe sobre a política estadual de sanitização de ambientes no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, para evitar a transmissão de doenças infectocontagiosas, como o Coronavírus - Covid-19.</p>
<p>LEI N. 8840 de 21 de maio de 2020  DOERJ de 22/05/2020 p. 2</p>	<p>Secretaria Estadual de Saúde, o 'DISQUE-COVID' na forma que menciona.</p>
<p>LEI N. 8841 de 21 de maio de 2020  DOERJ de 22/05/2020 p. 2</p>	<p>Autoriza o poder executivo a implementar política de compras emergenciais de produtos agrícolas, na forma que menciona, e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8842 de 21 de maio de 2020  DOERJ de 22/05/2020 p. 2  Representação de inconstitucionalidade</p>	<p>Autoriza o poder executivo a suspender por 120 (cento e vinte) dias o desconto das mensalidades dos empréstimos celebrados e de empréstimos consignados, e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8843 de 21 de maio de 2020  DOERJ de 22/05/2020 p. 3</p>	<p>Institui programa de diretrizes de atenção às populações mais vulneráveis em situações de emergências decorrentes de epidemias no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8844 de 27 de maio de 2020  DOERJ de 28/05/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a conversão dos benefícios ou verbas indenizatórias suspensos pela circular SUSIG nº 06/2020 em ressarcimento às</p>








	despesas para o desenvolvimento e aplicação do ensino remoto, em virtude da prevenção ao Coronavírus (Covid-19), pelos profissionais da educação do Estado do Rio de Janeiro, vinculados às Secretarias de Estado de Educação e de Ciência e Tecnologia.
LEI N. 8846 de 27 de maio de 2020  DOERJ de 28/05/2020 p. 1	Autoriza o poder executivo a negociar contratos junto aos credores a redução dos juros, encargos, revisão de cláusulas contratuais e o alongamento dos contratos de securitização e cessões de créditos na forma que menciona.
LEI N. 8847 de 27 de maio de 2020  DOERJ de 05/06/2020 p. 2	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais em funcionamento no Estado do Rio de Janeiro disponibilizarem as faturas de compras ou boletos digitais de seus clientes, em seus sítios eletrônicos, na forma que especifica.
LEI N. 8848 de 27 de maio de 2020  DOERJ de 28/05/2020 p. 2	Autoriza o poder executivo a instituir, em caráter emergencial, o plano estadual de funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no atendimento à população em situação de vulnerabilidade e risco agravados pela epidemia provocada pelo Coronavírus (Covid-19) no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
LEI N. 8849 de 27 de maio de 2020  DOERJ de 28/05/2020 p. 3	Autoriza o poder executivo a criar gratificação especial temporária para os médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e demais auxiliares que integram as equipes que atuam nas unidades públicas de saúde, no Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurar o estado de calamidade pública estabelecido pelo decreto nº 46.984, de 20 de março de 2020.
LEI N. 8850 de 27 de maio de 2020  DOERJ de 05/06/2020 p. 2	Dispõe sobre a produção de máscaras de proteção individual pelos detentos do sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro de durante o plano de contingência do vírus Covid-19 (Coronavírus), e dá outras providências.
LEI N. 8851 de 27 de maio de 2020  DOERJ de 28/05/2020 p. 3	Dispõe sobre as regras de visitação e fornecimento de alimentos e outros insumos as pessoas em privação de liberdade, e dá outras providências durante a vigência do estado de emergência em razão da epidemia do Covid-19.
LEI N. 8852 de 27 de maio de 2020  DOERJ de 05/06/2020 p. 2	Dispõe sobre a produção e o fornecimento de equipamentos necessários ao tratamento e à prevenção ao Coronavírus (Covid-19) no Estado do Rio de Janeiro.
LEI N. 8853 de 27 de maio de 2020  DOERJ de 28/05/2020 p. 3	Autoriza a criação de comissão especial institucional nos estabelecimentos de saúde situados no Estado do Rio de Janeiro para a











	promoção de ações de prevenção e controle do contágio da Covid-19 dos seus trabalhadores, durante o estado de calamidade pública.
LEI N. 8854 de 27 de maio de 2020  DOERJ de 28/05/2020 p. 3	Estabelece trânsito livre e a suspensão da cobrança de tarifa de estacionamento em supermercados, hipermercados e hortifrúteis, aos veículos de profissionais da área de saúde, durante o período de emergência, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro
LEI N. 8855 de 27 de maio de 2020  DOERJ de 28/05/2020 p. 3	Dispensa a exigência de perícia médica oficial para a concessão ou renovação de licença para tratamento de saúde para os servidores públicos estaduais, durante a vigência do estado de calamidade pública em razão da pandemia de Covid-19.
LEI N. 8856 de 29 de maio de 2020  DOERJ de 01/06/2020 p. 1	Dispõe sobre o reforço às informações sobre as medidas de proteção para mulheres em situação de risco de violência doméstica, durante o período de calamidade pública, em razão da pandemia de Covid-19 no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
LEI N. 8857 de 03 de junho de 2020  DOERJ de 04/06/2020 p. 1	Dispõe sobre a priorização dos servidores das áreas de saúde, segurança e assistência social na rede pública e privada por ocasião da regulação dos leitos de internação e na realização de testes para detectar a presença do Covid-19, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
LEI N. 8858 de 03 de junho de 2020  DOERJ de 04/06/2020 p. 1	Autoriza o poder executivo a destinar recursos para mitigar impactos provocados por situações de emergência ou de calamidade na subsistência das pessoas pertencentes às categorias profissionais mencionadas, desempregados e famílias de baixa renda, na forma que menciona.
LEI N. 8859 de 03 de junho de 2020  DOERJ de 04/06/2020 p. 2	Estabelece a obrigatoriedade do uso de máscaras respiratórias, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, enquanto vigorar o estado de calamidade pública em virtude da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).
LEI N. 8860 de 03 de junho de 2020  DOERJ de 04/06/2020 p. 2	Dispõe sobre a criação da central de informações sobre pacientes internados na rede estadual de saúde durante a pandemia do novo Coronavírus - Covid-19, e dá outras providências.
LEI N. 8861 de 03 de junho de 2020  DOERJ de 04/06/2020 p. 2	Altera a lei nº 8.626, de 18 de novembro de 2019, na forma que menciona. /Regulamenta a utilização de equipamentos e vestimentas de proteção individual pelos profissionais da área de











	saúde no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências./
<p>LEI N. 8862 de 03 de junho de 2020  DOERJ de 04/06/2020 p. 2</p>	Dispõe sobre a contratação emergencial temporária de psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais, na estrutura da Secretaria de Estado de Saúde, para oferecer atendimento às vítimas de depressão e tendências suicidas em decorrência da Covid-19.
<p>LEI N. 8864 de 03 de junho de 2020  DOERJ de 04/06/2020 p. 2  Representação de inconstitucionalidade  Representação de inconstitucionalidade</p>	Dispõe sobre a redução proporcional das mensalidades escolares em estabelecimentos de ensino da rede particular, durante a vigência do estado de calamidade pública instituído pela lei nº 8.794, de 17 de abril de 2020, na forma que menciona.
<p>LEI N. 8865 de 03 de junho de 2020  DOERJ de 04/06/2020 p. 2</p>	Altera a lei estadual nº 5.260, de 11 de junho de 2008, que “estabelece o Regime Jurídico Próprio e Único da Previdência Social dos membros do poder judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas e dos servidores públicos estatutários do Estado do Rio de Janeiro”, e dá outras providências.
<p>LEI N. 8868 de 04 de junho de 2020  DOERJ de 05/06/2020 p. 1</p>	Estabelece a notificação compulsória dos casos de Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro.
<p>LEI N. 8869 de 04 de junho de 2020  DOERJ de 05/06/2020 p. 1</p>	Autoriza o poder executivo a realizar convênios com as Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro para execução da atividade de remoção de cadáveres em residências particulares pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU -, enquanto perdurar o estado de calamidade pública, estabelecido pelo decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020 e reconhecido pela lei nº 8.794, de 17 de abril de 2020.
<p>LEI N. 8870 de 04 de junho de 2020  DOERJ de 05/06/2020 p. 1</p>	Autoriza o poder executivo a firmar convênio com associações e cooperativas de costureiras para a confecção de máscaras de tecido para auxiliar no combate ao Coronavírus Covid-19.
<p>LEI N. 8871 de 04 de junho de 2020  DOERJ de 05/06/2020 p. 1</p>	Autoriza o poder executivo a fornecer refeições para a população em situação de rua e de vulnerabilidade social até a abertura dos restaurantes populares, tendo em vista o reconhecimento de emergência na saúde pública em razão da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).











<p>LEI N. 8880 de 05 de junho de 2020  DOERJ de 08/06/2020 p. 4</p>	<p>Determina a disponibilização gratuita pelas operadoras de telefonia e internet móvel dos acessos a sites de comunicação, redes sociais e streaming, sem qualquer contabilização do pacote de dados dos clientes e dispõe sobre a suspensão dos serviços de telefonia e internet por inadimplência, durante o período de aplicação das medidas referentes à contenção do vírus Covid-19.</p>
<p>LEI N. 8881 de 05 de junho de 2020  DOERJ de 08/06/2020 p. 4</p>	<p>Regula a prática de cremação de cadáveres e incineração de restos mortais no Estado do Rio de Janeiro durante a crise instaurada pela pandemia relativa ao Coronavírus (Covid-19) e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8885 de 05 de junho de 2020  DOERJ de 08/06/2020 p. 4</p>	<p>Dispõe sobre medidas de gestão administrativa e financeira para controle de gastos e otimização de recursos públicos, em decorrência da pandemia do Coronavírus - Covid-19 -, na forma que menciona.</p>
<p>LEI N. 8886 de 09 de junho de 2020  DOERJ de 10/06/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre os procedimentos especiais aplicáveis aos trabalhadores do setor offshore afetados pela pandemia do Covid-19, e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8887 de 09 de junho de 2020  DOERJ de 10/06/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a utilizar recursos para implementar medidas de incentivo à conversão produtiva de empresas para proteção econômica e sanitária à população fluminense.</p>
<p>LEI N. 8888 de 09 de junho de 2020  DOERJ de 10/06/2020 p. 2</p>	<p>Dispõe sobre a vedação da aplicação de multa por quebra de fidelidade nos serviços de TV por assinatura, telefonia, internet e serviços semelhantes, enquanto perdurar a pandemia do Coronavírus (Covid-19), no Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>LEI N. 8889 de 09 de junho de 2020  DOERJ de 10/06/2020 p. 2</p>	<p>Autoriza o poder executivo a conceder isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - nos produtos que compõem a cesta básica, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>LEI N. 8891 de 16 de junho de 2020  DOERJ de 17/06/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza a agerio a refinarciar as parcelas dos contratos de financiamento de veículos integrantes do sistema intermunicipal de transporte alternativo complementar, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19.</p>
<p>LEI N. 8892 de 16 de junho de 2020  DOERJ de 17/06/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre os locais adequados para realização de exames de pessoas com suspeita de covid-19, na forma que menciona, e dá outras providências.</p>










<p>LEI N. 8893 de 16 de junho de 2020  DOERJ de 17/06/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a autorização da prática da telemedicina no Estado do Rio de Janeiro por meio da Secretaria de Estado de Saúde durante a pandemia do Covid-19 - Coronavírus -, nos termos da lei federal nº 13.989, de 15 de abril de 2020, e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8894 de 16 de junho de 2020  DOERJ de 17/06/2020 p. 2</p>	<p>Autoriza a divulgação dos boletins médicos diários relacionados à pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).</p>
<p>LEI N. 8895 de 16 de junho de 2020  DOERJ de 17/06/2020 p. 2</p>	<p>Autoriza a agerio a refinancear as parcelas dos contratos de financiamento de veículos utilizados por taxistas e motoristas de aplicativos, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19.</p>
<p>LEI N. 8898 de 18 de junho de 2020  DOERJ de 19/06/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a manter, no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, a “cartilha virtual da Covid-19”, para garantir à população informações corretas sobre o novo Coronavírus (Covid-19), bem como seus sintomas e os locais de atendimento, na forma que especifica.</p>
<p>LEI N. 8899 de 18 de junho de 2020  DOERJ de 19/06/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a estabelecer hospitais e/ou leitos de referência para o tratamento de crianças e adolescentes acometidos ou com suspeita de covid-19, e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8900 de 18 de junho de 2020  DOERJ de 19/06/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre criação de túneis de descontaminação, na forma que especifica.</p>
<p>LEI N. 8901 de 18 de junho de 2020  DOERJ de 19/06/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a alterar o calendário escolar 2020.</p>
<p>LEI N. 8902 de 18 de junho de 2020  DOERJ de 19/06/2020 p. 2</p>	<p>Autoriza o poder executivo a promover campanha de incentivo de doação de roupas, itens alimentícios, farmacêuticos, produtos de higiene e limpeza para asilos, casa de repouso e estabelecimentos similares destinados ao atendimento de idosos, orfanatos e clínicas ou abrigos de recuperação de dependentes químicos que tenham como medida preventiva o isolamento dos internos, como forma de contenção de epidemias virais.</p>
<p>LEI N. 8903 de 19 de junho de 2020  DOERJ de 22/06/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a solicitar equipamentos veterinários durante o plano de contingência à contenção do vírus Covid-19 (Coronavírus).</p>





<p>LEI N. 8904 de 19 de junho de 2020  DOERJ de 22/06/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a proceder pagamento mínimo ao fornecedor de transporte escolar dos alunos matriculados na rede estadual de ensino, enquanto perdurar o reconhecimento de emergência na saúde pública, tendo em vista a pandemia causada pelo Coronavírus, Covid-19, e enquanto as aulas estiverem suspensas.</p>
<p>LEI N. 8905 de 19 de junho de 2020  DOERJ de 22/06/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a proibição de interrupção de pagamento e da redução de valores de bolsas pagas pela FAPERJ e demais bolsas pagas pelo Estado do Rio de Janeiro durante a situação de emergência decorrente da pandemia do vírus Covid-19.</p>
<p>LEI N. 8906 de 29 de junho de 2020  DOERJ de 30/06/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a liberar a realização de cultos e reuniões presenciais nas igrejas e templos religiosos de todas as confissões durante o período de pandemia do Covid-19, respeitadas as competências municipais e observadas as medidas sanitárias para prevenção e proteção da contaminação dos participantes.</p>
<p>LEI N. 8907 de 29 de junho de 2020  DOERJ de 30/06/2020 p. 1</p>	<p>Estabelece protocolo de prevenção e acolhimento nos casos de violência doméstica e familiar contra mulheres e crianças durante o estado de calamidade decretado em razão da pandemia do Covid-19.</p>
<p>LEI N. 8908 de 29 de junho de 2020  DOERJ de 30/06/2020 p. 2</p>	<p>Torna obrigatória a renovação do vale social, prevista na lei nº 4510/2005, durante a vigência do plano de contingência do novo Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8909 de 29 de junho de 2020  DOERJ de 30/06/2020 p. 2</p>	<p>Autoriza o poder executivo a instituir campanha de promoção aos setores de turismo, cultura, esporte, lazer e negócios, imediatamente após o término da situação de emergência na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus (Covid-19) e dá outras providências, desde que não contrarie o regime de recuperação fiscal que está submetido o Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>LEI N. 8910 de 29 de junho de 2020  DOERJ de 30/06/2020 p. 2</p>	<p>Autoriza a realização de parceria entre o poder executivo e empresas de tecnologia da informação para fornecimento, em comodato, de microcomputadores e notebooks a alunos da rede pública estadual e da rede FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica - enquanto perdurar o estado de calamidade pública devido à pandemia do Covid-19, e dá outras providências.</p>














<p>LEI N. 8911 de 29 de junho de 2020  DOERJ de 30/06/2020 p. 2  Representação de inconstitucionalidade</p>	<p>Autoriza a intervenção do poder executivo na rede privada de saúde na hipótese de recusa a atendimento de casos graves do Coronavírus (Covid-19) mediante justa remuneração a ser acordada contratualmente.</p>
<p>LEI N. 8912 de 29 de junho de 2020  DOERJ de 30/06/2020 p. 2</p>	<p>Autoriza os bancos ou financeiras em atividade no Estado do Rio de Janeiro a procederem com a renegociação contratual ou pausa de financiamento, sob o critério de vantajosidade para o cliente em virtude da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).</p>
<p>LEI N. 8913 de 29 de junho de 2020  DOERJ de 30/06/2020 p. 3</p>	<p>Autoriza o poder executivo a prorrogar a validade de receituários prescritos por profissionais de saúde devidamente habilitados, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona.</p>
<p>LEI N. 8914 de 30 de junho de 2020  DOERJ de 01/07/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza a transferência de profissionais da área de saúde, da segurança pública e da assistência social acometidos por comorbidades associadas às complicações fatais do novo Coronavírus (Covid-19), para setores ou departamentos que ofereçam menor risco de contaminação durante a pandemia do Covid-19 na forma que menciona, e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8915 de 30 de junho de 2020  DOERJ de 01/07/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza os estabelecimentos particulares de ensino superior a adotar sistema de aulas remotas durante o período em que perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo Coronavírus, na forma que menciona.</p>
<p>LEI N. 8916 de 30 de junho de 2020  DOERJ de 01/07/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a desinfecção das escolas, universidades, bibliotecas, teatros públicos e privados, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, antes do retorno às suas, atividades na forma que menciona.</p>
<p>LEI N. 8917 de 30 de junho de 2020  DOERJ de 01/07/2020 p. 2</p>	<p>Proíbe as instituições bancárias de usarem o valor do auxílio emergencial federal instituído em razão da pandemia do novo Coronavírus - Covid-19 - para descontar dívidas dos beneficiários.</p>
<p>LEI N. 8918 de 30 de junho de 2020  DOERJ de 01/07/2020 p. 2</p>	<p>Suspende os prazos de validade dos concursos públicos já homologados pelos órgãos públicos estaduais do Rio de Janeiro, durante o período de surto de Coronavírus - Covid-19.</p>
<p>LEI N. 8919 de 30 de junho de 2020  DOERJ de 01/07/2020 p. 2</p>	<p>Dispõe sobre a relação consumidor/prestador de serviço durante a vigência do decreto 46.973/2020 que reconhece a situação de emergência na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas de enfrentamento da propagação</p>















	decorrente do novo Coronavírus (Covid19); e dá outras providências.
<p>LEI N. 8923 de 30 de junho de 2020  DOERJ de 01/07/2020 p. 3</p>	Garante abono de falta ao trabalho aos servidores e funcionários públicos estaduais afetados pelo surto de Coronavírus - Covid-19.
<p>LEI N. 8927 de 08 de julho de 2020  DOERJ de 09/07/2020 p. 1</p>	Autoriza o poder executivo a requisitar administrativamente as propriedades privadas que especifica para o acolhimento e proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, enquanto perdurar a situação de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus - Covid-19.
<p>LEI N. 8929 de 15 de julho de 2020  DOERJ de 16/07/2020 p. 1</p>	Autoriza o poder executivo a classificar como serviço essencial as atividades e os serviços relacionados ao comércio que especifica, respeitando as competências municipais e as autoridades sanitárias, durante o período de reconhecimento de emergência na saúde pública decretado pelo Estado do Rio de Janeiro em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).
<p>LEI N. 8930 de 15 de julho de 2020  DOERJ de 16/07/2020 p. 1</p>	Autoriza o poder público a disponibilizar urna funerária com visor, de forma que o rosto do falecido possa ser visto por seus familiares no momento do sepultamento, enquanto vigorar o decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020, reconhecido pela lei nº 8.794, de 17 de abril de 2020.
<p>LEI N. 8931 de 15 de julho de 2020  DOERJ de 16/07/2020 p. 1  Representação de inconstitucionalidade</p>	Determina medidas preventivas a serem adotadas pelas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIS) no Estado do Rio de Janeiro, em decorrência do estado de emergência e do plano de contingência do novo Corona vírus (Covid-19), na forma que menciona.
<p>LEI N. 8932 de 15 de julho de 2020  DOERJ de 16/07/2020 p. 2  Representação de inconstitucionalidade  Representação de inconstitucionalidade</p>	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos supermercados, hipermercados e/ou congêneres oferecerem o serviço de empacotador nos caixas de pagamento de produtos, enquanto perdurar o estado de calamidade pública, estabelecido pelo decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020, e reconhecido pela lei nº 8.794, de 17 de abril de 2020.
<p>LEI N. 8933 de 16 de julho de 2020  DOERJ de 17/07/2020 p. 1</p>	Dispõe sobre a desburocratização para a retomada da atividade econômica no pós pandemia de Covid-19 no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.












<p>LEI N. 8934 de 16 de julho de 2020  DOERJ de 17/07/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a requisitar administrativamente meios de produção privados para o fornecimento de materiais e para a confecção de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs -, a serem destinados, prioritariamente, aos profissionais de saúde, e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8935 de 16 de julho de 2020  DOERJ de 17/07/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a instituir o “Programa em Forma” para a orientação online dos alunos da rede pública estadual, na vigência do estado de calamidade pública.</p>
<p>LEI N. 8936 de 16 de julho de 2020  DOERJ de 17/07/2020 p. 2</p>	<p>Cria o Programa de Atendimento e Orientação à Covid-19 em favelas e regiões periféricas do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8937 de 16 de julho de 2020  DOERJ de 17/07/2020 p. 2</p>	<p>Autoriza a ampliação de convênios com laboratórios credenciados, visando a execução do teste do Coronavírus - Covid-19 -, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>LEI N. 8938 de 16 de julho de 2020  DOERJ de 17/07/2020 p. 2</p>	<p>Estabelece a campanha integrada em consonância com os serviços decretados essenciais com destaque para as farmácias, supermercados, padarias e similares no enfrentamento à violência doméstica no contexto de covid-19.</p>
<p>LEI N. 8939 de 16 de julho de 2020  DOERJ de 17/07/2020 p. 3  Representação de inconstitucionalidade</p>	<p>Fica autorizada, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em todos os níveis, Comarcas e Varas, a implantação de atendimento telepresencial aos jurisdicionados, durante a pandemia do novo coronavírus, e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 8940 de 17 de julho de 2020  DOERJ de 20/07/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de criação de um portal de serviço eletrônico para o recebimento da documentação necessária para a concessão e gozo de licenças ou afastamentos dos servidores públicos civis e militares do Estado do Rio de Janeiro durante o plano de contingência à contenção do vírus Covid-19 (Coronavírus).</p>
<p>LEI N. 8941 de 17 de julho de 2020  DOERJ de 20/07/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a elaboração e divulgação de campanhas de educação em saúde para produtores rurais, agricultores familiares e produtores extrativistas de comunidades tradicionais durante a vigência da situação de emergência em saúde pública decorrente da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).</p>
<p>LEI N. 8942 de 23 de julho de 2020  DOERJ de 24/07/2020 p. 1</p>	<p>Autoriza o poder executivo a promover a ampla divulgação dos locais que estão abrigando, em situação emergencial, a população em situação de rua, o número de vagas disponíveis, bem como as unidades de acolhimento para pernoite</p>













	temporária ou moradia provisória, durante a pandemia do Coronavírus (Covid-19), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
LEI N. 8943 de 23 de julho de 2020  DOERJ de 24/07/2020 p. 1	Fica o poder executivo autorizado a criar a Autoridade de Governança do Legado da Crise do Covid-19 (AGLC), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
LEI N. 8944 de 23 de julho de 2020  DOERJ de 24/07/2020 p. 1	Dispõe sobre a oferta de alojamento para os profissionais de saúde da rede pública e privada, na forma que menciona.
LEI N. 8945 de 23 de julho de 2020  DOERJ de 24/07/2020 p. 2	Autoriza o poder executivo a implementar política de compras emergenciais de produtos artesanais, na forma que menciona.
LEI N. 8946 de 23 de julho de 2020  DOERJ de 24/07/2020 p. 2	Determina o repasse de informações referentes aos profissionais de saúde afastados com suspeita, internados, que foram a óbito e os recuperados em decorrência da infecção causada pela Covid-19, e dá outras providências.
LEI N. 8947 de 23 de julho de 2020  DOERJ de 24/07/2020 p. 2	Altera a lei nº 5.645/2010 e inclui no calendário oficial do Estado do Rio de Janeiro o dia dos heróis e heroínas na luta contra a Covid-19, e dá outras providências.
LEI N. 8948 de 23 de julho de 2020  DOERJ de 24/07/2020 p. 2	Trata-se de autorização ao poder executivo, através da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, para aferir a temperatura dos visitantes cadastrados no sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro, através de termômetros digitais com tecnologia infravermelha durante o estado de calamidade pública devido ao novo Coronavírus.
LEI N. 8950 de 29 de julho de 2020  DOERJ de 30/07/2020 p. 1	Autoriza a suspensão temporária de posse, porte e registro de armas de fogo à denunciados, inquiridos e réus em processo de violência doméstica, durante o período de pandemia pelo novo Coronavírus - Covid-19.
LEI N. 8951 de 29 de julho de 2020  DOERJ de 30/07/2020 p. 1	Estabelece que as ações de solidariedade de distribuição de cestas básicas, kits de higiene, água, gás, cartões de vale alimentação, roupas, cobertores e sanitização das ruas sejam considerados serviços essenciais durante o período da pandemia do novo Coronavírus no Estado do Rio de Janeiro.
LEI N. 8952 de 29 de julho de 2020  DOERJ de 30/07/2020 p. 1	Autoriza a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA) a firmar convênio com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para vedar a interrupção do fornecimento de energia e










	proibir a lavratura do termo de ocorrência de irregularidade, em situações de calamidade ou emergência, na forma que menciona.
<p>LEI N. 8954 de 30 de julho de 2020  DOERJ de 31/07/2020 p. 3</p>	Cria o Programa “testagem domiciliar para todos”, com objetivo de oferecer testes gratuitos para pessoas com sintomas de Sars-Cov2 (Covid-19), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, enquanto permanecer o estado de emergência decretado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.
<p>LEI N. 8955 de 30 de julho de 2020  DOERJ de 31/07/2020 p. 3</p>	Altera a lei nº 3.613/2001, que “dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”, para estabelecer procedimento virtual de informações e acolhimento dos familiares de pessoas internadas por ocasião da decretação de situações de emergência ou calamidade, assim reconhecidas por lei ou decreto do poder executivo no Estado do Rio de Janeiro.
<p>LEI N. 8956 de 30 de julho de 2020  DOERJ de 31/07/2020 p. 3</p>	Dispõe sobre a transparência nos contratos emergenciais firmados pela administração pública em razão da situação de calamidade decorrente da epidemia do corona vírus (covid-19) para vedar a classificação como sigilosos os documentos relacionados aos contratos firmados sem licitação, bem como de documentos correlatos, em decorrência do estado de emergência decretado no estado.
<p>LEI N. 8957 de 30 de julho de 2020  DOERJ de 31/07/2020 p. 4</p>	O poder executivo fica autorizado a proibir, nas unidades de saúde públicas e privadas, tratamento diferenciado entre as categorias profissionais de saúde e dá outras providências.









ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>DECRETO N. 46966 de 11 de março de 2020  DOERJ de 13/03/2020 p. 24</p>	<p>Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 46969 de 12 de março de 2020  DOERJ de 13/03/2020 p. 1 (Edição especial)</p>	<p>Dispõe sobre a criação do gabinete de crise para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 46979 de 19 de março de 2020  DOERJ de 19/03/2020 p. 1 (Edição especial)  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação do vencimento da fatura de água da CEDAE, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 46982 de 20 de março de 2020  DOERJ de 20/03/2020 p. 1 (Edição especial)  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de créditos parcelados inscritos em dívida ativa em razão da pandemia decorrente do covid-19 (Coronavírus), e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 46984 de 20 de março de 2020  DOERJ de 20/03/2020 p. 1 (Edição especial)</p>	<p>Decreta estado de calamidade pública no Estado do Rio de Janeiro em decorrência do novo Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 46989 de 24 de março de 2020  DOERJ de 25/03/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre o funcionamento de pequenos estabelecimentos de venda de alimentos, bebidas, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 46990 de 24 de março de 2020  DOERJ de 25/03/2020 p. 1  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre a suspensão do faturamento de água e esgoto da CEDAE, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 46991 de 24 de março de 2020  DOERJ de 25/03/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre regras de dispensa de licitação para a contratação de bens e serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus de que trata a lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.</p>
<p>DECRETO N. 46993 de 25 de março de 2020  DOERJ de 25/03/2020 p. 1  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre a contenção de despesas durante período de calamidade pública, e dá outras providências.</p>


<p>DECRETO N. 46995 de 25 de março de 2020  DOERJ de 26/03/2020 p. 6</p>	<p>Dispõe sobre gratuidade nos transportes públicos para policiais militares e corpo de bombeiros militar do Estado do Rio de Janeiro durante situação de emergência para enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19).</p>
<p>DECRETO N. 46996 de 25 de março de 2020  DOERJ de 26/03/2020 p. 6  (Ato alterado)</p>	<p>Suspende novas disposições de militares da Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM) aos órgãos da administração pública direta e entidades da administração pública indireta de qualquer dos poderes da união, dos estados e dos municípios pelo período de 06 (seis) meses.</p>
<p>DECRETO N. 46999 de 26 de março de 2020  DOERJ de 27/03/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a alteração do decreto nº 46.993, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47000 de 26 de março de 2020  DOERJ de 27/03/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre o funcionamento de instituição financeira, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47001 de 26 de março de 2020  DOERJ de 27/03/2020 p. 2</p>	<p>Dispõe sobre o funcionamento de estabelecimentos destinado a venda de material de construção, ferragem e de equipamento de proteção individual, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47002 de 26 de março de 2020  DOERJ de 27/03/2020 p. 2</p>	<p>Dispõe sobre o funcionamento da indústria da indústria de óleo e gás onshore, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47004 de 27 de março de 2020  DOERJ de 27/03/2020 p. 1 (Edição especial)  (Ato retificado)</p>	<p>Dispõe sobre medidas relativas aos contratos de prestação de serviços de mão de obra terceirizada no âmbito do governo do estado do rio de janeiro ante o atual cenário econômico, com o objetivo de preservar o emprego e a renda durante enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo decreto nº 46.984, de 20 de março de 2020.</p>
<p>DECRETO N. 47005 de 27 de março de 2020  DOERJ de 27/03/2020 p. 2 (Edição especial)  (Ato retificado)</p>	<p>Dispõe sobre medidas de redução de despesas com contratos no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>DECRETO N. 47008 de 30 de março de 2020  DOERJ de 31/03/2020 p. 2</p>	<p>Dispõe sobre a autorização ambiental de funcionamento para instalações hospitalares e outras obras emergenciais para enfrentamento do Coronavírus (Covid-19).</p>
<p>DECRETO N. 47015 de 31 de março de 2020  DOERJ de 01/04/2020 p. 2  (Ato retificado)</p>	<p>Dispõe sobre o gabinete de gerenciamento de informações para subsidiar os atos decisórios do Governo do Estado.</p>




<p>DECRETO N. 47020 de 03 de abril de 2020  DOERJ de 13/04/2020 p. 2</p>	<p>Estabelece a criação do gabinete ampliado de crise para assessoramento, ao enfrentamento das novas etapas da pandemia pelo Coronavírus (Covid-19).</p>
<p>DECRETO N. 47021 de 06 de abril de 2020  DOERJ de 06/04/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a alteração do decreto nº 46.993, de 25 de março de 2020, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47025 de 07 de abril de 2020  DOERJ de 08/04/2020 p. 2</p>	<p>Dispõe sobre a liberação de atividade comercial em municípios sem notificação de cometimento do Covid-19, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47038 de 17 de abril de 2020  DOERJ de 17/04/2020 p. 1 (Edição especial)  (Ato alterado)</p>	<p>Reconhece o falecimento, em virtude da Covid-19 contraída por servidor público civil ou militar estadual, no exercício de suas atribuições, como acidente em serviço para fins de pagamento de pensão por morte.</p>
<p>DECRETO N. 47047 de 28 de abril de 2020  DOERJ de 29/04/2020 p. 1</p>	<p>Dá nova redação ao inciso II do art. 2º do decreto nº 47.038, de 17 de abril de 2020.</p>
<p>DECRETO N. 47050 de 29 de abril de 2020  DOERJ de 30/04/2020 p. 1  (Ato regulamentado)</p>	<p>Dispõe sobre a identificação de pacientes não identificados nas unidades de saúde e institui medidas transitórias de prevenção ao contágio e enfrentamento da Covid-19 na gestão dos óbitos ocorridos no Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>DECRETO N. 47051 de 29 de abril de 2020  DOERJ de 30/04/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre regras de licitação e dispensa de licitação para a contratação de bens e serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus de que trata a lei federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47059 de 05 de maio de 2020  DOERJ de 06/05/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a suspensão temporária da exigibilidade do pagamento da taxa de vistoria e fiscalização, das multas de autos de infração e de parcelamentos, em razão da pandemia decorrente do Covid-19 (Coronavírus), para as empresas registradas no Detro/RJ, cujos veículos se encontram impedidos de circulação, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47060 de 05 de maio de 2020  DOERJ de 06/05/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial, no âmbito do serviço de transporte público de passageiros de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.</p>

<p>DECRETO N. 47061 de 05 de maio de 2020  DOERJ de 06/05/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a criação de comissão especial denominada Comissão Ciência RJ No Combate à Covid-19 (COMCIÊNCIARJCOVID).</p>
<p>DECRETO N. 47063 de 05 de maio de 2020  DOERJ de 07/05/2020 p. 2  (Ato alterado)</p>	<p>Altera dispositivos do decreto nº 46.982, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de créditos parcelados inscritos em dívida ativa em razão da pandemia decorrente do Covid-19 (Coronavírus).</p>
<p>DECRETO N. 47079 de 18 de maio de 2020  DOERJ de 18/05/2020 p. 1 (Edição especial)  (Ato alterado)</p>	<p>Institui a comissão de acompanhamento dos hospitais de campanha para controle técnico-administrativo das unidades que visam o enfrentamento da Covid-19, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47086 de 19 de maio de 2020  DOERJ de 20/05/2020 p. 1 (Edição especial)</p>	<p>Dá nova redação ao art. 3º do decreto nº 47.079, de 18 de maio de 2020.</p>
<p>DECRETO N. 47087 de 19 de maio de 2020  DOERJ de 20/05/2020 p. 1  (Ato correlato)</p>	<p>Dá nova redação ao art. 1º do decreto nº 46.979, de 19 de março de 2020.</p>
<p>DECRETO N. 47088 de 19 de maio de 2020  DOERJ de 20/05/2020 p. 1</p>	<p>Cria a Secretaria Extraordinária de Acompanhamento das Ações Governamentais Integradas da COVID-19, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47090 de 20 de maio de 2020  DOERJ de 20/05/2020 p. 1 (Edição especial)</p>	<p>Decreta luto oficial por 3 (três) dias, a partir desta data, pelo falecimento do deputado estadual Gil Vianna e por todas as vítimas da Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>DECRETO N. 47100 de 29 de maio de 2020  DOERJ de 01/06/2020 p. 1</p>	<p>Institui, temporariamente e sem aumento de despesas, enquanto perdurar a suspensão das aulas presenciais da rede estadual de educação em razão da situação de emergência decorrente do novo Coronavírus (Covid-19), auxílio para ressarcimento de despesas para o desenvolvimento e aplicação do ensino remoto.</p>
<p>DECRETO N. 47101 de 01 de junho de 2020  DOERJ de 02/06/2020 p. 1</p>	<p>Altera o decreto nº 46.996, de 25 de março de 2020, para acrescentar o parágrafo único ao art. 1º.</p>










<p>DECRETO N. 47102 de 01 de junho de 2020  DOERJ de 02/06/2020 p. 1  (Ato alterado)</p>	<p>Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da propagação do novo Coronavírus (Covid-19), em decorrência da situação de emergência em saúde, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47103 de 02 de junho de 2020  DOERJ de 03/06/2020 p. 2</p>	<p>Decreta a intervenção nos hospitais de campanha sob a gestão do Instituto de Atenção Básica à Saúde - IABAS, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47105 de 04 de junho de 2020  DOERJ de 04/06/2020 p. 1 (Edição especial)  (Ato regulamentado)</p>	<p>Determina, em cumprimento de decisão judicial, a abertura das unidades escolares da rede pública estadual de ensino exclusivamente para a oferta de merenda escolar.</p>
<p>DECRETO N. 47110 de 05 de junho de 2020  DOERJ de 05/06/2020 p. 1 (Edição especial)</p>	<p>Cria o Programa Estadual “Rio de Janeiro - Turismo Consciente”, institui o selo “Rio de Janeiro - Turismo Consciente”, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47112 de 05 de junho de 2020  DOERJ de 05/06/2020 p. 2 (Edição especial)</p>	<p>Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da propagação do novo Coronavírus (Covid-19), em decorrência da situação de emergência em saúde, e dá outras providências</p>
<p>DECRETO N. 47124 de 18 de junho de 2020  DOERJ de 19/06/2020 p. 6</p>	<p>Dispõe sobre a suspensão do parágrafo único do artigo 1º do decreto nº 46.549/2019, enquanto durar a calamidade pública. /Dispõe sobre a extinção da vistoria veicular realizada pelo DETRAN como condição para o licenciamento anual de veículos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências./</p>
<p>DECRETO N. 47128 de 19 de junho de 2020  DOERJ de 19/06/2020 p. 1 (Edição especial)</p>	<p>Dispõe sobre novas medidas relacionadas às operações do transporte público coletivo intermunicipal de passageiros no período atual de enfrentamento do novo coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47129 de 19 de junho de 2020  DOERJ de 19/06/2020 p. 2 (Edição especial)</p>	<p>Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da propagação do novo coronavírus (Covid-19), em decorrência da situação de emergência em saúde e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47134 de 23 de junho de 2020  DOERJ de 24/06/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre a alteração do decreto nº 46.993, de 25 de março de 2020, e dá outras providências.</p>



<p>DECRETO N. 47138 de 24 de junho de 2020  DOERJ de 25/06/2020 p. 2</p>	<p>Altera o parágrafo único, do artigo 1º, do decreto estadual nº 46.996, de 25 de março de 2020.</p>
<p>DECRETO N. 47150 de 30 de junho de 2020  DOERJ de 01/07/2020 p. 3</p>	<p>Dispõe sobre novas medidas relacionadas às operações do transporte complementar rodoviário de passageiros no período atual de enfrentamento do novo Coronavírus (Covid19), e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47160 de 10 de julho de 2020  DOERJ de 13/07/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre o uso geral e obrigatório de máscaras de proteção facial no contexto da pandemia da Covid-19.</p>
<p>DECRETO N. 47163 de 10 de julho de 2020  DOERJ de 13/07/2020 p. 2</p>	<p>Dispõe sobre a alteração para aprimoramento do decreto nº 46.993/2020, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47173 de 17 de julho de 2020  DOERJ de 20/07/2020 p. 8</p>	<p>Dispõe sobre a suspensão por 120 (cento e vinte) dias das consignações em folha dos pagamentos dos empréstimos contratados junto às instituições financeiras, em virtude da situação de emergência de saúde pública estabelecida pelo decreto nº 46.984, de 20 de março de 2020.</p>
<p>DECRETO N. 47176 de 21 de julho de 2020  DOERJ de 22/07/2020 p. 1</p>	<p>Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da propagação do novo Coronavírus (Covid-19), em decorrência da situação de emergência em saúde e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 47177 de 21 de julho de 2020  DOERJ de 22/07/2020 p. 2</p>	<p>Dá nova redação ao art. 1º do decreto nº 46.990, de 24 de março de 2020, para prorrogar o prazo de suspensão do faturamento de água e esgoto de usuários residenciais da CEDAE, enquadrados na tarifa social.</p>
<p>DECRETO N. 47178 de 21 de julho de 2020  DOERJ de 22/07/2020 p. 3</p>	<p>Dá nova redação ao art. 1º do decreto nº 46.979, de 19 de março de 2020, alterado pelo decreto nº 47.087, de 19 de maio de 2020.</p>




ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>DECRETO LEGISLATIVO N. 5 de 2020  DOERJ II de 17/04/2020 p. 1</p>	<p>Reconhece, para os fins do disposto no artigo 65 da lei complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública em municípios do Estado do Rio de Janeiro.</p>


ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>RESOLUÇÃO PGE N. 4532 de 23 de março de 2020  DOERJ de 25/03/2020 p. 18</p>	<p>Dispõe sobre o pagamento de créditos parcelados inscritos em dívida ativa, em razão da pandemia decorrente do Covid-19 (Coronavírus), e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO PGE N. 4547 de 25 de maio de 2020  DOERJ de 26/05/2020 p. 13</p>	<p>Disciplina a aplicação do decreto estadual nº 46.982, de 20 de março de 2020, com as alterações trazidas pelo decreto estadual nº 47.063, de 06 de maio de 2020, que dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de créditos inscritos em dívida ativa e do procedimento para requerimento de certidão de regularidade fiscal em razão da pandemia decorrente do Covid-19 (Coronavírus) e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SEDSODH N. 179 de 29 de abril de 2020  DOERJ de 07/04/2020 p. 23</p>	<p>Dispõe acerca das medidas temporárias aos municípios para o enfrentamento da emergência declarada, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro pelo decreto nº 46.973/2020, em decorrência da Covid-19.</p>






<p>RESOLUÇÃO SEEDUC N. 5845 de 08 de junho de 2020  DOERJ de 09/06/2020 p. 41</p>	<p>Estabelece diretrizes para programa de alimentação escolar no período de pandemia.</p>
<p>RESOLUÇÃO SEEDUC N. 5854 de 30 de julho de 2020  DOERJ de 31/07/2020 p. 15</p>	<p>Orienta as redes de ensino do Estado do Rio de Janeiro quanto aos protocolos sanitários e pedagógicos básicos que devem pautar as ações para o retorno às atividades escolares presenciais.</p>
<p>RESOLUÇÃO SEFAZ N. 136 de 23 de março de 2020  DOERJ de 24/03/2020 p. 2</p>	<p>Estabelece nova data para entrega do DUB-ICMS relativo ao 2o semestre de 2019 e a validade das certidões de regularidade fiscal durante a vigência do decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020</p>
<p>RESOLUÇÃO SEFAZ N. 142 de 14 de abril de 2020  DOERJ de 17/04/2020 p. 12  (Ato retificado)</p>	<p>Estabelece a validade das certidões de regularidade fiscal durante a vigência do decreto nº 47.027, de 13 de abril de 2020.</p>
<p>RESOLUÇÃO SEFAZ N. 148 de 15 de maio de 2020  DOERJ de 18/05/2020 p. 11</p>	<p>Estabelece os procedimentos para requerimentos apresentados no sistema atendimento digital RJ, no âmbito da Subsecretaria de Estado de receita.</p>
<p>RESOLUÇÃO SES N. 1995 de 13 de março de 2020  DOERJ de 16/03/2020 p. 36</p>	<p>Recomendação de suspensão de procedimentos cirúrgicos eletivos nos hospitais privados no Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>RESOLUÇÃO SES N. 1997 de 13 de março de 2020  DOERJ de 16/03/2020 p. 36</p>	<p>Estabelece que as visitas nas enfermarias sejam restritas a uma pessoa por paciente e a suspensão de atividades não assistenciais nos hospitais gerais públicos e universitários no Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>RESOLUÇÃO SES N. 2002 de 16 de março de 2020  DOERJ de 17/03/2020 p. 22</p>	<p>Estabelece normas de conduta e recomendações para prevenção e controle de infecções pelo novo Coronavírus (Covid-19) a serem adotadas nas instituições de longa permanência de idosos no Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>RESOLUÇÃO SES N. 2004 de 18 de março de 2020  DOERJ de 19/03/2020 p. 14</p>	<p>Regulamenta as atividades ambulatoriais nas unidades de saúde públicas, privadas e</p>








	universitários com atendimento ambulatorial e no Estado do Rio de Janeiro.
<p>RESOLUÇÃO SES N. 2006 de 19 de março de 2020  DOERJ de 20/03/2020 p. 38</p>	Define o fluxo de notificação dos casos suspeitos ou confirmados da doença pelo Coronavírus (Covid-19), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<p>RESOLUÇÃO SES N. 2008 de 20 de março de 2020  DOERJ de 20/03/2020 p. 3</p>	Dispõe sobre as recomendações para profissionais de saúde com sinais e sintomas respiratórios e contactantes de indivíduos com diagnóstico de Covid19.
<p>RESOLUÇÃO SES N. 2010 de 20 de março de 2020  DOERJ de 20/03/2020 p. 3 (Edição especial)</p>	Dispõe acerca dos atendimentos presenciais da superintendência de perícias médicas central e saúde ocupacional e dá outras providências.
<p>RESOLUÇÃO SES N. 2011 de 20 de março de 2020  DOERJ de 20/03/2020 p. 3 (Edição especial)</p>	Dispõe acerca do funcionamento dos bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres de alimentação no regime de entrega em domicílio (delivery) e retirada de alimentos no próprio estabelecimento (take away).
<p>RESOLUÇÃO SES N. 2012 de 20 de março de 2020  DOERJ de 20/03/2020 p. 4</p>	Define diretrizes provisórias para o controle e prevenção de infecções em caso de pacientes com suspeita ou confirmação de Covid-19 em instalações ambulatoriais de hemodiálise.
<p>RESOLUÇÃO SES N. 2023 de 30 de março de 2020  DOERJ de 01/04/2020 p. 13</p>	Regulamenta a execução de recurso financeiro excepcional como parte das ações de enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus.
<p>RESOLUÇÃO SES N. 2024 de 01 de abril de 2020  DOERJ de 02/04/2020 p. 14</p>	Dispõe sobre o manejo de corpos no contexto do novo Coronavírus Covid19.
<p>RESOLUÇÃO SES N. 2030 de 09 de abril de 2020  DOERJ de 13/04/2020 p. 2</p>	Dispõe acerca do centro de operações de emergência para enfrentamento das novas etapas da pandemia pelo Coronavirus (Covid-19).
<p>RESOLUÇÃO SES N. 2051 de 16 de junho de 2020  DOERJ de 19/06/2020 p. 27</p>	Dispõe sobre o retorno dos jogos de futebol sem a presença de público (portões fechados).


<p>RESOLUÇÃO SES N. 2052 de 24 de junho de 2020  DOERJ de 06/07/2020 p. 7</p>	<p>Dispõe sobre o reinício de consultas ambulatoriais, exames e procedimentos cirúrgicos eletivos no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO SETRANS N. 1410 de 31 de março de 2020  DOERJ de 01/04/2020 p. 17</p>	<p>Regulamenta o art. 3º do decreto nº 46.983, de 20 de março de 2020 e o art. 3º do decreto nº 46.986, de 23 de março de 2020, que autorizam, respectivamente, as concessionárias de serviço público de transportes a revisar e alterar seus modelos operacionais e, autoriza a Secretaria de Estado de Transportes a promover alteração nos sistemas de transportes intermunicipal de passageiros.</p>



ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>RESOLUÇÃO CONJUNTA SEDEERI/SETRANS N. 13 de 29 de abril de 2020  DOERJ de 04/05/2020 p. 5</p>	<p>Regulamenta o inciso VIII do art. 4º do decreto nº 47.027 de 13 de abril de 2020, e suas alterações, para dispor sobre as operações de transporte intermunicipal de passageiros durante o estado de calamidade pública no Estado do Rio de Janeiro em decorrência do novo Coronavírus.</p>
<p>RESOLUÇÃO CONJUNTA SES/SETRAB N. 740 de 19 de março de 2020  DOERJ de 20/03/2020 p. 2</p>	<p>Promove recomendações para prevenção e controle de infecções pelo novo Coronavírus (Covid-19) a serem adotadas no âmbito das relações trabalhistas estabelecidas entre trabalhadores e tomadores de serviços no Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p>RESOLUÇÃO CONJUNTA SES/SETRANS N. 782 de 23 de março de 2020  DOERJ de 23/03/2020 p. 3 (Edição especial)</p>	<p>Regulamenta a utilização do transporte intermunicipal de passageiros por profissionais da área da saúde e de fornecedores de produtos, insumos e serviços, relacionados às atividades meio e fim da área da saúde, e dá outras providências.</p>


<p style="text-align: center;">RESOLUÇÃO CONJUNTA SES/SETUR N. 738 de 17 de março de 2020</p> <p> DOERJ de 18/03/2020 p. 16</p>	<p>Estabelece normas de conduta e recomendações para prevenção e controle de infecções pelo novo Coronavírus (Covid-19) a serem adotadas nas unidades de hospedagem no Estado do Rio de Janeiro.</p>
---	--


ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>PORTARIA DETRAN-RJ N. 5853 de 17 de abril de 2020</p> <p> DOERJ de 27/04/2020 p. 2</p>	<p>Dispõe sobre desbloqueio temporário da Carteira Nacional de Habilitação no Estado do Rio de Janeiro, para condutores com CNH suspensa e que já cumpriram o período de penalidade, porém estão impossibilitados de regularizar sua CNH em virtude da pandemia do novo Coronavírus (Covid19).</p>
<p>PORTARIA DETRAN-RJ N. 5865 de 15 de maio de 2020</p> <p> DOERJ de 19/05/2020 p. 2</p>	<p>Altera a portaria PRES-DETRAN/RJ nº 5.775, de 20 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os procedimentos de licenciamento anual dos veículos cadastrados no Estado do Rio de Janeiro e divulga o calendário referente ao exercício de 2020, e dá outras providências.</p>
<p>PORTARIA DETRAN-RJ N. 5878 de 17 de junho de 2020</p> <p> DOERJ de 22/06/2020 p. 2</p>	<p>Dispõe sobre prorrogação da validade do credenciamento de centros de ensino.</p>
<p>PORTARIA DETRO/PRES N. 1523 de 06 de abril de 2020</p> <p> DOERJ de 08/04/2020 p. 13</p>	<p>Dispõe sobre a alteração no inciso VIII, do art. 4º do decreto nº 47.006, de 27 de março de 2020 em decorrência da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.</p>
<p>PORTARIA DETRO/PRES N. 1524 de 06 de maio de 2020</p> <p> DOERJ de 11/05/2020 p. 10</p>	<p>Dispõe sobre a suspensão temporária da exigibilidade do pagamento da taxa de vistoria e fiscalização para as empresas registradas no DETRO/RJ, em razão da pandemia decorrente do Covid-19 (Coronavírus), e dá outras providências.</p>

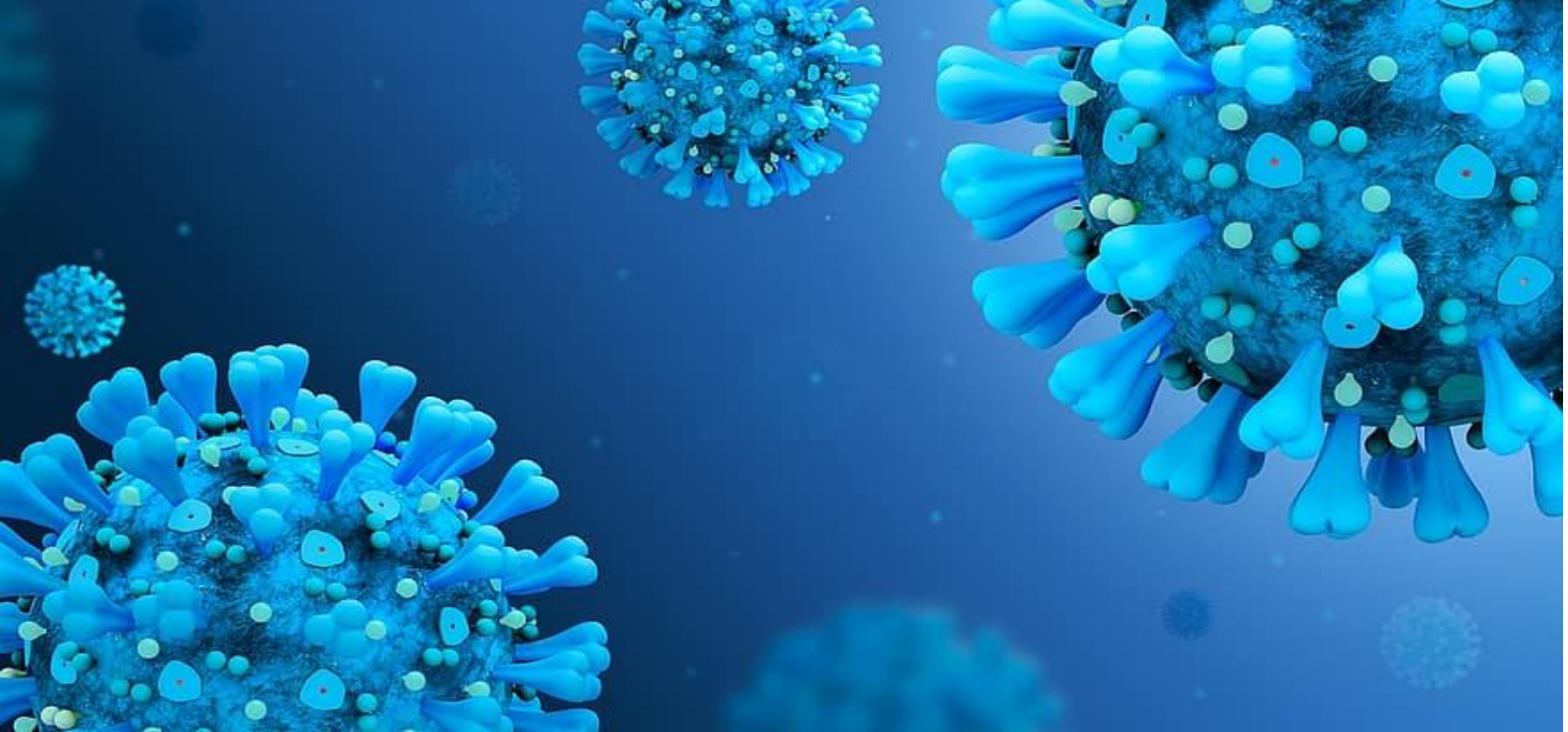
<p>PORTARIA DETRO/PRES N. 1527 DE 05 de maio de 2020  DOERJ de 08/06/2020 p. 12</p>	<p>Dispõe sobre novas medidas relacionadas às operações do transporte público coletivo intermunicipal de passageiros , no período atual de enfrentamento do novo Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.</p>
<p>PORTARIA DETRO/PRES N. 1533 DE 15 de julho de 2020  DOERJ de 16/07/2020 p. 20</p>	<p>Estabelece o calendário de vistoria ordinária dos veículos registrados na Coordenadoria de Transporte Complementar (CTC) do Detro/RJ para o 2º semestre de 2020.</p>
<p>PORTARIA FS/DE N. 185 de 03 de junho de 2020  DOERJ de 04/06/2020 p. 8</p>	<p>Requisita os bens e serviços disponíveis e necessários nos hospitais de campanha sob gestão do Instituto de Atenção Básica à Saúde para enfrentamento da pandemia da covid-19, e dá outras providências.</p>
<p>PORTARIA INEA/DIBAPE N. 2 de 10 de junho de 2020  DOERJ de 16/06/2020 p. 23</p>	<p>Estabelece critérios para reabertura gradativa das unidades de conservação estaduais para a prática de atividades desportivas.</p>
<p>PORTARIA PROCON RJ N. 123 de 20 de março de 2020  DOERJ de 20/03/2020 p. 2</p>	<p>Recomenda aos estabelecimentos comerciais situados no Estado do Rio de Janeiro a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo Coronavírus - Covid-19 - especialmente em relação a venda de álcool em gel, máscaras e luvas cirúrgicas.</p>
<p>PORTARIA PROCON RJ N. 124 de 06 de abril de 2020  DOERJ de 15/04/2020 p. 11</p>	<p>Institui, no âmbito do PROCON-RJ, número temporário para recebimento de denúncias, pelo aplicativo de mensagens whatsapp , decorrentes do novo Coronavírus Covid-19, e dá outras providências.</p>
<p>PORTARIA SEEDUC/SUBPAE N. 09 de 25 de junho de 2020  DOERJ de 26/06/2020 p. 17</p>	<p>Dispõe sobre o regime diferenciado de confirmação de matrícula e transferência informatizada para o ano letivo de 2020, e dá outras orientações .</p>

<p>PORTARIA SEEDUC/SUGEN N. 875 de 24 de julho de 2020  DOERJ de 28/07/2020 p. 10</p>	<p>Estabelece de forma excepcional normas complementares de avaliação do desempenho escolar para o ano letivo de 2020, e dá outras providências.</p>
---	--

ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>PORTARIA CONJUNTA CCERJ/JRP N. 1 de 27 de julho de 2020  DOERJ de 30/07/2020 p. 4  Ato retificado)</p>	<p>Orientações às vigilâncias sanitárias municipais do Estado do Rio de Janeiro, a respeito das medidas a serem adotadas pelos responsáveis técnicos dos estabelecimentos comerciais de venda de alimentos, em resposta à doença pelo novo Coronavírus (Covid-19).</p>



ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>INSTRUÇÃO NORMATIVA SECCG N. 1 de 19 de maio de 2020  DOERJ de 20/05/2020 p. 9</p>	<p>Orientações às vigilâncias sanitárias municipais do Estado do Rio de Janeiro, a respeito das medidas a serem adotadas pelos responsáveis técnicos dos estabelecimentos comerciais de venda de alimentos, em resposta à doença pelo novo Coronavírus (Covid-19).</p>






ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>AVISO SVS/SES-RJ N. 25/2020  DOERJ de 11/05/2020 p. 13</p>	<p>Orientações às vigilâncias sanitárias municipais do Estado do Rio de Janeiro, a respeito das medidas a serem adotadas pelos responsáveis técnicos dos estabelecimentos comerciais de venda de alimentos, em resposta à doença pelo novo Coronavírus (Covid-19).</p>













LEGISLAÇÃO FEDERAL


EMENDA CONSTITUCIONAL..	70
LEI	70
LEI COMPLEMENTAR	73
MEDIDA PROVISÓRIA.....	73
DECRETO	75
DECRETO LEGISLATIVO.....	76
RESOLUÇÃO	76
RESOLUÇÃO NORMATIVA.....	77
PORTARIA	78
DELIBERAÇÃO	79





ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>EMENDA CONSTITUCIONAL 106 De 07 de maio de 2020  DOU de 08/05/2020</p>	<p>Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia.</p>
<p>EMENDA CONSTITUCIONAL 107 de 02 de julho de 2020  DOU de 03/07/2020</p>	<p>Adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos.</p>






ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>LEI N. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020  DOU de 07/02/2020</p>	<p>Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019.</p>
<p>LEI N. 13.982 de 02 de abril de 2020  DOU de 02/04/2020</p>	<p>Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.</p>
<p>LEI N. 13.993 de 23 de abril de 2020  DOU de 24/04/2020  (Ato regulamentado)</p>	<p>Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de Coronavírus no Brasil.</p>
<p>LEI N. 13.995 de 05 de maio de 2020  DOU de 06/05/2020</p>	<p>Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19.</p>












<p>LEI N. 14.016 de 23 de junho de 2020  DOU de 24/06/2020</p>	<p>Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano.</p>
<p>LEI N. 14.017 de 29 de junho de 2020  DOU de 30/06/2020</p>	<p>Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.</p>
<p>LEI N. 14.018 de 29 de junho de 2020  DOU de 30/06/2020</p>	<p>Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).</p>
<p>LEI N. 14.019 de 02 de julho de 2020  DOU de 03/07/2020</p>	<p>Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.</p>
<p>LEI N. 14.020 de 06 de julho de 2020  DOU de 07/07/2020</p>	<p>Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.</p>
<p>LEI N. 14.021 de 07 de julho de 2020  DOU de 08/07/2020</p>	<p>Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades</p>


	tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.
<p>LEI N. 14.022 de 07 de julho de 2020  DOU de 08/07/2020</p>	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
<p>LEI N. 14.023 de 08 de julho de 2020  DOU de 09/07/2020</p>	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a adoção de medidas imediatas que preservem a saúde e a vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
<p>LEI N. 14.024 de 09 de julho de 2020  DOU de 10/07/2020</p>	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para suspender temporariamente as obrigações financeiras dos estudantes beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) durante o período de vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.
<p>LEI N. 14.028 de 09 de julho de 2020  DOU de 28/07/2020</p>	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para garantir que o receituário médico ou odontológico de medicamentos sujeitos a prescrição e de uso contínuo tenha validade pelo menos enquanto perdurarem as medidas de isolamento para contenção do surto da Covid-19, na forma que especifica.


ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>LEI COMPLEMENTAR 173 de 27 de maio de 2020  DOU de 28/05/2020</p>	<p>Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.</p>



ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>MEDIDA PROVISÓRIA N. 926 de 20 de março de 2020  DOU de 20/03/2020</p>	<p>Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.</p>
<p>MEDIDA PROVISÓRIA N. 927 de 22 de março de 2020  DOU de 22/03/2020</p>	<p>Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.</p>
<p>MEDIDA PROVISÓRIA N. 928 de 23 de março de 2020  DOU de 23/03/2020</p>	<p>Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020.</p>
<p>MEDIDA PROVISÓRIA N. 959 de 29 de abril de 2020  DOU de 29/04/2020</p>	<p>Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga a vacatio legis da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.</p>




<p>MEDIDA PROVISÓRIA N. 961 de 06 de maio de 2020  DOU de 07/05/2020</p>	<p>Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.</p>
<p>MEDIDA PROVISÓRIA N. 966 de 13 de maio de 2020  DOU de 14/05/2020</p>	<p>Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19.</p>
<p>MEDIDA PROVISÓRIA N. 975 de 01 de junho de 2020  DOU de 02/06/2020</p>	<p>Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.</p>
<p>MEDIDA PROVISÓRIA N. 986 de 29 de junho de 2020  DOU de 30/06/2020</p>	<p>Estabelece a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e as regras para a restituição ou a suplementação por meio de outras fontes próprias de recursos pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal.</p>
<p>MEDIDA PROVISÓRIA N. 992 de 16 de julho de 2020  DOU de 16/07/2020</p>	<p>Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, e altera a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>


ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>DECRETO N. 10.277 de 16 de março de 2020  DOU de 16/03/2020</p>	<p>Institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.</p>
<p>DECRETO N. 10.282 de 20 de março de 2020  DOU de 21/03/2020</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.</p>
<p>DECRETO N. 10.283 de 20 de março de 2020  DOU de 20/03/2020</p>	<p>Institui o Serviço Social Autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde - Adaps.</p>
<p>DECRETO N. 10.284 de 20 de março de 2020  DOU de 20/03/2020</p>	<p>Dispõe sobre a dilação do prazo de vencimento das tarifas de navegação aérea, durante o período de enfrentamento da pandemia da covid-19 .</p>
<p>DECRETO N. 10.285 de 20 de março de 2020  DOU de 20/03/2020</p>	<p>Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona.</p>
<p>DECRETO N. 10.288 de 22 de março de 2020  DOU de 22/03/2020</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir as atividades e os serviços relacionados à imprensa como essenciais.</p>
<p>DECRETO N. 10.289 de 24 de março de 2020  DOU de 24/03/2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, para instituir o Centro de Coordenação de Operações, no âmbito do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid19.</p>
<p>DECRETO N. 10.350 de 18 de maio de 2020  DOU de 18/05/2020</p>	<p>Dispõe sobre a criação da Conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e dá outras providências.</p>
<p>DECRETO N. 10.360 de 21 de maio de 2020  DOU de 22/05/2020</p>	<p>Dispõe sobre a forma de identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos.</p>
<p>DECRETO N. 10.384 de 28 de maio de 2020  DOU de 29/05/2020</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação do prazo para a apresentação obrigatória para o alistamento militar devido ao enfrentamento da pandemia da covid-19.</p>
<p>DECRETO N. 10.407 de 29 de junho de 2020  DOU de 30/06/2020</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 13.993, de 23 de abril de 2020, que dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e</p>

	de higiene essenciais ao combate à epidemia da covid-19 no País.
DECRETO N. 10.422 de 13 de julho de 2020  DOU de 14/07/2020	Prorroga os prazos para celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.



ATO NORMATIVO	EMENTA
DECRETO LEGISLATIVO N. 6 de 20 de março de 2020  DOU de 20/03/2020	Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.


ATO NORMATIVO	EMENTA
RESOLUÇÃO CAMEX N. 17 de 17 de março de 2020  DOU de 18/03/2020	Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
RESOLUÇÃO CNPS N. 1338 de 17 de março de 2020  DOU de 18/03/2020	Fixação de teto máximo de juros ao mês, para as operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário, e dá outras providências.

<p>RESOLUÇÃO RDC N. 349 de 20 de março de 2020  DOU de 20/03/2020</p>	<p>Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para tratamento de petições de regularização de equipamentos de proteção individual, de equipamentos médicos do tipo ventilador pulmonar e de outros dispositivos médicos identificados como estratégicos pela Anvisa, em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO RDC N. 351 de 20 de março de 2020  DOU de 20/03/2020</p>	<p>Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências.</p>
<p>RESOLUÇÃO RDC N. 352 de 20 de março de 2020  DOU de 20/03/2020</p>	<p>Dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de cloroquina e hidroxicloroquina e de produtos sujeitos à vigilância sanitária destinados ao combate da Covid-19.</p>

<p>ATO NORMATIVO</p>	<p>EMENTA</p>
<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS N. 453 de 12 de março de 2020  DOU de 13/03/2020</p>	<p>Altera a Resolução Normativa - RN nº 428, de 07 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para infecção pelo Coronavírus.</p>

ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>PORTARIA CC-PR/MJSP/MINFRA/MS N. 1 de 29 de julho de 2020  DOU de 29/07/2020</p>	<p>Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.</p>
<p>PORTARIA INTERMINISTERIAL N. 9 de 27 de maio de 2020  DOU de 28/05/2020</p>	<p>Revoga a Portaria Interministerial MJSP/MS nº 05, de 17 de março de 2020. /Dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020./</p>
<p>PORTARIA MMA N. 133 de 19 de março de 2020  DOU de 20/03/2020</p>	<p>Estabelece orientações e diretrizes quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), no âmbito Ministério do Meio Ambiente.</p>
<p>PORTARIA MS N. 188 de 03 de fevereiro de 2020  DOU de 04/02/2020</p>	<p>Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).</p>
<p>PORTARIA MS N. 356 de 11 de fevereiro de 2020  DOU de 12/02/2020</p>	<p>Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).</p>
<p>PORTARIA MS N. 395 de 16 de março de 2020  DOU de 16/03/2020</p>	<p>Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade-MAC, a ser disponibilizado aos Estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19.</p>
<p>PORTARIA MS N. 454 de 20 de março de 2020  DOU de 20/03/2020</p>	<p>Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do Coronavírus (Covid-19).</p>

<p>PORTARIA MS N. 1857 de 28 de julho de 2020  DOU de 28/07/2020</p>	<p>Dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal para combate à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19, considerando as escolas públicas da rede básica de ensino.</p>
<p>PORTARIA SEPRT N. 16655 de 14 de julho de 2020  DOU de 14/07/2020</p>	<p>Disciplina hipótese de recontração nos casos de rescisão sem justa causa, durante o estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.</p>

ATO NORMATIVO	EMENTA
<p>DELIBERAÇÃO CONTRAN N. 185 de 19 de março de 2020  DOU de 20/03/2020</p>	<p>Dispõe sobre a ampliação e a interrupção de prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito.</p>

Para acesso à Legislação Federal sobre COVID-19

clique no link:

<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Realização:

**BIBLIOTECA DA PROCURADORIA-GERAL DO
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

Procurador-Geral

MARCELO MOREIRA MARQUES

Procuradora-Diretora do Centro de Estudos

VANICE VALLE

Equipe técnica

ANA LUCIA GUERRA

ANDRÉIA DOS SANTOS MARTINS QUIRINO

MARIDETE MOTTA DOS SANTOS SILVA

MARIZA MENCALHA DE SOUZA

VANIA DA SILVA BLANCO DA COSTA

